



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE
GRADUAÇÃO
COORDENADORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
HUMANAS COLEGIADO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E
SOCIOLOGIA LICENCIATURA EM SOCIOLOGIA**

KÁSSIA CRISTINA NEVES DE OLIVEIRA

**RELAÇÕES DE INTERDEPENDÊNCIA NA SOCIEDADE
ESCRAVISTA NO CABO NORTE: ALGUNS ELEMENTOS
FIGURACIONAIS (SÉCULO XVIII-XIX)**

MACAPÁ – AP

2023

KÁSSIA CRISTINA NEVES DE OLIVEIRA

**RELAÇÕES DE INTERDEPENDÊNCIA NA SOCIEDADE
ESCRAVISTA NO CABO NORTE: ALGUNS ELEMENTOS
FIGURACIONAIS (SÉCULO XVIII-XIX)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao curso de Licenciatura em Sociologia da
Universidade Federal do Amapá – UNIFAP,
como parte dos requisitos para a obtenção do
título de Licenciada em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. David Júnior de Souza
Silva

MACAPÁ – AP

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central/UNIFAP-Macapá-AP
Elaborado por Cristina Fernandes – CRB-2 / 1569

Oliveira, Kássia Cristina Neves de.
O48r Relações de interdependência na sociedade escravista no Cabo Norte: alguns elementos figuracionais (século XVIII-XIX) / Kássia Cristina Neves de Oliveira. - Macapá, 2023.
1 recurso eletrônico.
62 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura em Sociologia) -
Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, Macapá, 2023.
Orientador: David Júnior de Souza Silva.

Modo de acesso: World Wide Web.
Formato de arquivo: Portable Document Format (PDF).

1. Sociologia - Amazônia. 2. Escravidão - Amapá - Brasil. 3. Amazônia - História. I. Silva, David Júnior de Souza, orientador. II. Universidade Federal do Amapá - UNIFAP. III. Título.

CDD 23. ed. – 331.11734

FOLHA DE APROVAÇÃO

KÁSSIA CRISTINA NEVES DE OLIVEIRA

**RELAÇÕES DE INTERDEPENDÊNCIA NA SOCIEDADE
ESCRAVISTA NO CABO NORTE: ALGUNS ELEMENTOS
FIGURACIONAIS (SÉCULO XVIII-XIX)**

BANCA AVALIADORA:

Prof. Dr. David Júnior de Souza Silva
(Orientador)

Profa. Dra. Adriana Tenório da Silva
(Avaliadora)

Prof. Dra. Cecília Maria Chaves Brito
(Avaliadora)

Prof.Dr. Gláucio Campos Gomes de Matos
(Membro)

MACAPÁ – AP

2023

AGRADECIMENTOS

A construção deste trabalho contou com a ajuda e apoio de diversas pessoas, dentre as quais gostaria de registrar aqui meu mais profundo e sincero agradecimento.

Em primeiro lugar quero agradecer meus pais, Misael Santos e Rosicléa Neves, por todo apoio nos momentos difíceis e por toda ajuda e incentivo em relação à minha permanência na universidade. Aos dois, devo minha eterna gratidão.

Todo meu agradecimento ao meu irmão Rangel Neves, que além de irmão, é meu melhor amigo e sempre demonstrou apoio, não só na vida acadêmica como na vida para além dos muros da universidade.

Deixo meu agradecimento à minha prima Jaíne Neves, por toda amizade e companheirismo desde a infância. Sempre sonhamos com um futuro que só a educação poderia nos proporcionar e estamos conquistando.

Quero agradecer todo o corpo docente do Curso de Ciências Sociais e Sociologia da Universidade Federal do Amapá por todo ensinamento que foi ofertado durante toda a minha graduação, que tornaram a minha formação acadêmica possível. Agradeço ao meu orientador David Junior Souza Silva que me guiou pelo caminho deste trabalho com toda a paciência, empatia e incentivo que me proporcionou durante toda a construção desta pesquisa, sem o qual nada disso seria possível. Obrigada por me manter motivada durante todo o processo.

Minha gratidão ao meu amigo e colega de curso Nilson Oliveira, que se tornou um grande parceiro durante toda a graduação. Aos meus colegas de curso e aos colegas do PET deixo minha gratidão pela experiência da convivência na universidade, que de alguma forma, direta ou indiretamente, foi um alicerce e inspiração durante minha passagem pela graduação. A vocês, minha gratidão.

Minha gratidão à minha amiga Alice Pires, pela amizade e muito carinho que construímos, pelos momentos felizes e de dificuldades. Sou muito feliz por ter te conhecido. Meu carinho ao meu amigo Thiago Santos que me acompanhou nessa reta final da graduação e que me incentivou quando estava desanimada.

E por fim, meu agradecimento a dois amigos incríveis que felizmente encontrei na vida: Paulo Cardoso e Arthur Jesus. Obrigada por todo apoio, carinho, respeito, incentivo e amizade. Estiveram ao meu lado ao longo do curso e me apoiaram nos momentos difíceis. Obrigada por tornarem tudo mais leve.

RESUMO

A problemática da pesquisa aqui proposta é entender a distribuição espacial da força de trabalho escravo no Amapá e as relações de interdependência entre os atores sociais no Cabo Norte, no período colonial e imperial, durante o século XVIII e XIX - até a abolição da escravatura no Brasil em 1888 - e por ser uma constituição oriunda do tráfico negreiro com um dos objetivos de suprir a mão de obra indígena, os africanos escravizados eram destinados à atividades semelhantes às que os indígenas ocupavam - coloca-nos a necessidade de uma abordagem metodológica que englobe uma interpretação sociohistórica entendendo os processos sociais vividos no período. A metodologia utilizada foi análise documental a partir da paleografia. As fontes utilizadas foram documentos disponibilizados pelo Projeto Resgate (Arquivo Histórico Ultramarino – AHU). A pesquisa tem como marcos teóricos interpretativos a sociologia do espaço de Pierre Bourdieu e a sociologia histórica de Norbert Elias, combinadas para a compreensão da formação e espacialização das comunidades negras rurais no Amapá. A chegada dos africanos no Cabo Norte, foi vista como maneira de substituir os indígenas na força de trabalho e controlá-los visto que não conheciam a região onde agora iriam morar e servir aos colonos. O processo de substituição desses povos africanos se deu pelo episódio de epidemia que dizimou parte das populações indígenas.

Palavras-chave: Sociologia da Amazônia; Processos sociais; Figuração;

ABSTRACT

The problem of the research proposed here is to understand the spatial distribution of the slave labor force in Amapá and the relationships of interdependence between social actors in Cabo Norte, during the colonial and imperial periods, during the 18th and 19th centuries - until the abolition of slavery in Brazil in 1888 - and because it was a constitution originated from the slave trade with one of the objectives of supplying indigenous labor, the enslaved Africans were destined to activities similar to those occupied by the indigenous people - puts us in need of a methodological approach that encompasses a sociohistorical interpretation understanding of the social processes lived in the period. The methodology used was documentary analysis from the paleography. The sources used were documents made available by the Rescue Project (Arquivo Histórico Ultramarino AHU). The research has as interpretative theoretical frameworks the sociology of space of Pierre Bourdieu and the historical sociology of Norbert Elias, combined for the understanding of the formation and spatialization of rural black communities in Amapá. The arrival of Africans in the North Cape was seen as a way to replace the indigenous in the workforce and control them since they did not know the region where they would now live and serve the settlers. The process of replacement of these African peoples took place due to the epidemic episode that decimated part of the indigenous populations.

Keywords: Sociology of the Amazon; Social processes; Figuration;

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2 SOCIOLOGIA E HISTÓRIA: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA.....	16
3 DINÂMICAS DA SOCIEDADE ESCRAVISTA	24
3.1 TRÁFICO NEGREIRO PARA O ESTADO DO MARANHÃO E PARÁ.....	24
3.2 ROTAS DE FUGA E A FORMAÇÃO DE MOCAMBOS	29
3.2.1 A FRONTEIRA E OS FUGITIVOS	29
3.3 TRABALHO ESCRAVO NO PERÍODO COLONIAL	31
3.3.1 TRABALHADORES LIVRES E ESCRAVOS	34
3.3.2 ESCRAVIDÃO INDÍGENA E AFRICANA.....	35
3.4 ESPACIALIZAÇÃO DA MÃO DE OBRA ESCRAVA	37
3.4.1 DEMOGRAFIA DA ESCRAVIDÃO	37
3.4.2 CIDADES ESCRAVISTAS.....	38
3.4.3 URBANIZAÇÃO ESCRAVISTA	39
3.4.4 CHARQUEADA ESCRAVISTA.....	40
3.4.5 A DISTRIBUIÇÃO E DIVISÃO DO TRABALHO ESCRAVO NA “CHARQUEADA”	40
4 ABORDAGEM FIGURACIONAL DE NORBERT ELIAS APLICADA AOS DOCUMENTOS DO ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO – AHU.....	42
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
REFERÊNCIAS	55
ANEXO I – DOCUMENTO 2977	57
ANEXO II – DOCUMENTO 4344.....	57
ANEXO III – DOCUMENTO 4105	58
ANEXO IV – DOCUMENTO 5993.....	59
ANEXO V – DOCUMENTO 7042	60

ANEXO VI – DOCUMENTO 6623..... 61

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho trata da estrutura social da sociedade amazônica durante a vigência do regime escravista - que teve seu início ao fim do século XVI e início do XVII, até o ano de 1884, quando a Província do Amazonas aboliu a escravidão na Amazônia¹. Para compreender esta estrutura, buscamos analisar as condições da colonização sobre a escravidão indígena e africana no Cabo Norte, onde busca-se analisar sobre quais condições o tráfico de escravos e a exploração da sua força de trabalho aconteceu na região, na tentativa de compreender suas finalidades, as relações de interdependência entre os atores sociais daquele período e as atividades econômicas nas quais eram direcionadas nas diversas regiões do Cabo Norte no período colonial e imperial.

Se tratando de uma pesquisa sobre as relações de interdependência entre os atores sociais no Cabo Norte durante o período colonial, este trabalho inquirir para analisar os regentes sociológicos da formação espacial na região considerando suas razões sociais, históricas, políticas, econômicas e culturais. Procura-se compreender a demanda desses sujeitos escravizados através do comércio escravo - tendo em vista que os colonos já escravizavam os povos indígenas da região naquele período.

A problemática da pesquisa aqui proposta é entender a distribuição espacial da força de trabalho escravo africano e indígena no Amapá, no período colonial e imperial, durante o século XVIII e XIX - até a abolição da escravidão no Brasil em 1888 - e por ser uma constituição oriunda do tráfico negreiro com um dos objetivos de suprir a mão de obra indígena, os africanos escravizados eram destinados à atividades semelhantes às que os indígenas ocupavam - colocando a necessidade de uma abordagem metodológica que englobe uma interpretação sócio-histórica entendendo os processos sociais vividos no período.

Quais os motivos da demanda pelo comércio escravo africano? Quais as atividades econômicas empregadas na região, e qual a razão delas? Quais as atividades de trabalho dos escravizados? Como funcionavam essas atividades e como eram as mobilidades de mão de obra escrava? Como funcionava a compra e revenda de escravos durante o período? Havia protestos, rebeliões e fugas dos escravizados? São questionamentos consideráveis tendo em vista que o processo de colonização na região foi constituído por etapas predatórias seguidas de

¹ Ver em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/acervo/geral/audio/2018-05/simbolo-da-resistencia-provincia-do-amazonas-declarou-abolicao-da-escravatura-em/#:~:text=Prov%C3%ADncia%20do%20Amazonas%20aboliu%20a%20escravatura%20em%201884> Acesso em: 2023-05-11

dificuldades, levando em conta algumas recorrentes demandas, com significativas mudanças conjunturais e mudanças na estrutura social.

Para os resultados desta pesquisa tem como campo de saber a Sociologia da Amazônia. Em termos metodológicos, esta pesquisa propõe-se a fazer uma aplicação da Sociologia Histórica à sociedade amazônica. Esta pesquisa tem como objetivo enfatizar o uso da Sociologia Histórica como abordagem necessária para se ter percepção de tempo e espaço.

No contexto do período colonial no Cabo Norte, a Sociologia Histórica permite que se possa compreender os fatos sociais do período. Inicialmente é imprescindível entender que tanto a história quanto a sociologia trabalham com a particularidade do objeto de estudo - individual. A aproximação entre a história e sociologia teria como objetivo compreender os fatos sociais, permitiria que se pudesse compreender a experiência humana. A história forneceria à sociologia a possibilidade de elaborar contextos, e a sociologia forneceria novos conceitos e metodologia à história.

Alfaro Velázquez (2009) ao apresentar *La relación entre Sociología e Historia: la sociología histórica como alternativa*, em *Contribuciones a las Ciencias Sociales* (2009), comenta sobre a divergência das duas disciplinas no que se trata de explicar todos os processos de industrialização. A Sociologia é tida como ciência que é liberta da história, e a História como “objeto de estudio la naturaleza de las sociedades humanas y su desarrollo a través del tiempo.” (VELÁZQUES, 2009, p. 2).

Gurvitch (2000) comenta em *Los Fundadores de La Sociología Contemporánea* que a sociologia é um exercício acadêmico que se erguia sobre os motivos do passado coletado pelos historiadores, sugerindo assim que a sociologia deveria ser a continuação do trabalho empreendido por estes.

No contexto do período colonial – sobre o trabalho escravo no Cabo Norte – a História e a Sociologia permitiriam que se pudesse compreender os fatos sociais do período. A História forneceria à Sociologia a possibilidade de constatar o período da mão de obra escrava, e a Sociologia forneceria à História metodologia para se compreender o processo de escravização dos povos africanos, também como conceitos para explicar a realidade social deste período.

A consideração de processos das mudanças estruturais das figurações sociais no período é necessária, tendo em vista o processo colonizador, a demanda de escravos africanos como força de trabalho para a “substituição” dos escravos indígenas nos engenhos/plantations (LINS, 2012).

Mediante a identificação e análise dos usos de mão de obra escrava africana e indígena no Cabo Norte, em plantations, atividades extrativistas e obras de infraestrutura, compreender

esta espacialização dos trabalhadores escravizados no estado, capturados como escravos e conduzidos pelos interesses e atividades econômicas dos colonizadores, foi variável imprescindível para compreender as relações de interdependência entre os atores sociais nesse período. Foi grandiosamente relevante identificar os fatores sociológicos presentes nos usos econômicos da força de trabalho africana escravizada no estado, identificar as atividades econômicas em prática no Cabo Norte durante esse período, assim como analisar as razões geopolíticas, regionais e nacionais para interesse efetivo nestas práticas. Quando apontados períodos de pouca atividade econômica, foi necessário identificar as razões macro e micro para dispersão do interesse sobre o estado. Outrossim, foi indispensável identificar as mobilidades da mão de obra escrava no estado, compras e vendas de escravizados, as atividades de trabalho, possíveis protestos, rebeliões e fugas dos escravizados.

Para a construção deste trabalho foi realizada uma pesquisa minuciosa que tratasse de abarcar tudo sobre Sociologia Histórica, a contribuição de Norbert Elias para a Sociologia Histórica, estudos sobre a Amazônia escravista e propriamente sobre a Amazônia e o Cabo Norte.

Para se compreender os processos de colonização, comércio, distribuição dos trabalhadores em algumas regiões, foi utilizado o “Dicionário da Escravidão e Liberdade” de Lilia Moritz Schwarcz e Flávio Santos Gomes, onde é disponível um discernimento dos processos colonizadores no Brasil durante todo o período colonial e consequentemente ter-se uma noção do que aconteceu na Amazônia escravista, mais precisamente no Cabo Norte.

Tratando especificamente do processo colonizador na Amazônia, foi utilizado durante a pesquisa as obras Amazônia: as raízes do atraso e O Negro no Pará, sob o regime da escravidão de Cristovão Lins e Vicente Salles respectivamente, onde os dois autores fazem uma reflexão mais específica sobre o processo de escravidão dos africanos na região do Grão-Pará e Maranhão, abarcando o processo do comércio escravo, a transição de mão de obra escrava indígena para a africana, as atividades pelas quais os nativos indígenas e africanos foram direcionados e como funcionava a mobilização desta mão de obra naquele período. Juntamente, foi realizada uma discussão sobre os processos de identidade e representatividade que esse povo escravizado influíra, além de plasmar sua identidade étnica e culturalmente no decorrer do período analisado.

E para complementar os estudos sobre o processo colonizador no Cabo Norte, foi utilizado a obra Nas Terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira - séculos XVIII e XIX organizado por Flávio dos Santos Gomes que oferece um amplo panorama do processo histórico de colonização e ocupação na região da Guiana

Brasileira. Realiza uma viagem pelas fronteiras amazônicas: fronteiras imaginárias, econômicas, políticas, étnicas e culturais nas terras do Cabo Norte.²

Outrossim, foi utilizado o artigo Escravos do Atlântico equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII) de Rafael Chambouleyron que trata de uma análise sobre as características peculiares do tráfico negreiro para a Amazônia – mais especificamente no Maranhão – do século XVII e XVIII. Outro material utilizado nos estudos sobre a Amazônia escravista foi a tese Rios de escravidão: tráfico interno e o mercado de escravos do Vale do Amazonas (1840-1888) de Luiz Carlos Laurindo Junior, que analisa as características e o funcionamento do tráfico interno em uma região específica, no Vale do Amazonas, entre 1840 – momento de mudanças econômicas e políticas relacionadas ao fim do movimento cabano – e 1888, ano da abolição da escravidão. Laurindo Junior conecta aspectos regionais, nacionais e globais na sua análise, conduzindo a tese para uma relação entre o tráfico interno, a escravidão negra e o capitalismo.

Para a compreensão da Sociologia Histórica, foi realizado estudos através de artigos que facilitassem o discernimento deste marco teórico interpretativo, sendo eles História e Sociologia de Fernand Braudel, Convergencias y divergências entre Sociología e Historia de Blas Segundo Zubiría Mutis, Sociologia histórica: releituras e perspectivas de Patrícia Bosenbecker, Tan cerca y tan lejos. Los problemas disciplinares entre sociologia e historia y la práctica de una nueva sociología histórica de Carlos Andrés Charry Joya, e Norbert Elias e a Teoria dos Processos Civilizadores de Célio Juvenal Costa e Sezinando Luiz Menezes, que apresentam os conceitos de Sociologia, História, Sociedade e Indivíduo presentes na Teoria de Norbert Elias que são fundamentais para entender seu pensamento. Também há a apresentação dos conceitos de Processo Civilizador e de Sociedade de Corte, com o objetivo de mostrar a sua concepção acerca da formação da sociedade contemporânea.

Nesse sentido, como marcos teóricos interpretativos utilizados na produção deste trabalho, a Sociologia Histórica será um importante referencial para a compreensão do problema da pesquisa, tendo em vista que a Sociologia Histórica contribui com o conceito de figuração, onde é possível identificar quais figurações presentes no período, através do conceito de classificação - quando é imposto um sentido para uma determinada realidade através de um poder que se mostra de várias formas, seja ele econômico, social etc. E se tratando da

2

https://books.google.com.br/books/about/Nas_terras_do_Cabo_Norte.html?id=LCxwAAAAMAAJ&redir_esc=y
. Acesso em: 2023-01-13

colonização na Amazônia, foi possível empregar essa sociologia como método de análise interpretativa.

Outra contribuição importante para a construção deste trabalho foi a tese Milton Santos, o espaço e as rugosidades: contribuições da Geografia Renovada à História de Suzano Junior que constrói uma análise das categorias analíticas e repertório conceitual da Teoria Miltoniana que analisa a totalidade de um espaço/paisagem e apresenta uma proposta de método de análise das espacialidades, uma reflexão que pode ser atrelada à transição de mão de obra escrava africana e indígena e a formação de quilombos/mocambos no Cabo Norte atrelado ao argumento de que os processos de mudanças estruturais no período colonial se encaixam no método de análise apresentado por Milton Santos.

A metodologia utilizada será análise documental. As fontes utilizadas foram documentos selecionados e disponibilizados pelo Projeto Resgate (Arquivo Histórico Ultramarino - AHU), que são documentos do período colonial de toda a América Portuguesa. Ao todo, seis documentos foram transcritos para interpretação, os quais foram um ofício do governador e capitão-general do Estado do Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, enviado para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre o número de escravos chegados ao porto do Pará, a bordo da galera "[Santo António] Delfim", e informando a respeito das produções de arroz e da falta de escravos negros para o trabalho agrícola, datado em 10 de agosto de 1778³. Em seguida, outro ofício do governador João Pereira Caldas para Martinho de Melo e Castro acerca da ruína das povoações dos indígenas e propondo como intervenção o fornecimento de trabalhadores escravizados negros para evitar a carência de mão-de-obra, por conta da Fazenda Real, datado em 7 de abril de 1773⁴. O terceiro documento trata do ofício do governador e capitão general do Estado do Maranhão e Pará, Manuel Bernardo de Melo de Castro, para o capitão general Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre o número de escravos pretos que chegaram à capitania e o preço pelo qual foram vendidos, datado em 6 de agosto de 1759⁵. O quarto ofício utilizado foi de Manuel Bernardo de Melo de Castro, para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre os descimentos de índios do sertão e dos mocambos que se fizeram no corrente ano, datado em 5 de novembro de 1760⁶. Posteriormente, foi utilizada uma consulta do Conselho Ultramarino para o rei D. João V, sobre a carta dos

³ Arquivo Histórico Ultramarino de Portugal, Projeto Resgate, Pará, 10 de agosto de 1778, cx. 80, doc. 6623.

⁴ Arquivo Histórico Ultramarino de Portugal, Projeto Resgate, Pará, 7 de abril de 1773, cx. 70, doc. 5993.

⁵ Arquivo Histórico Ultramarino de Portugal, Projeto Resgate, Pará, 6 de agosto de 1759, cx. 45, doc. 4105.

⁶ Arquivo Histórico Ultramarino de Portugal, Projeto Resgate, Pará, 5 de novembro de 1760, cx. 47, doc. 4344.

oficiais da Câmara da cidade de Belém do Pará, acerca da conveniência de se proceder à escolta militar dos mocambos, durante a captura dos índios e escravos negros fugidos dos seus Donos, em 21 de maio de 1750⁷. E, por último, o ofício do governador e capitão general do Estado do Pará e Rio Negro, José de Nápoles Telo de Meneses, enviado para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, remetendo cópia da escritura de venda forjada por uma escrava cafuza, de nome Joana Baptista, datado em 21 de agosto de 1780⁸.

Através dos documentos que foram analisados do Projeto Resgate - AHU (Arquivo Histórico Ultramarino) - pelos quais se tratam de requerimentos de senhores para concessão de escravos para trabalharem em seus engenhos, plantações, e sobre a substituição de escravos nativos (indígenas) por escravos africanos, a partir destas informações extraídas dos documentos do Arquivo Ultramarino, foi possível observar com detalhes como funcionava a circulação/mobilidade da mão de obra escrava, entender o motivo da transição de escravos indígenas para escravos africanos, outrossim analisar como o comércio escravo supriu a demanda de mão de obra nos engenhos, fazendas e também o direcionamento desses trabalhadores escravizados para outras atividades nas metrópoles das grandes cidades brasileiras, como fator essencial para compreender a diferença da colonização da Amazônia relacionada com a colonização no restante do Brasil.

A pesquisa tem como marcos teóricos interpretativos a sociologia do espaço de Pierre Bourdieu que aborda conceitos que se aplicam no período analisado apoiando-se na ideia de região, e a sociologia histórica de Norbert Elias, combinadas para a compreensão da formação e espacialização das comunidades negras rurais no Amapá. Na Sociologia Histórica de Norbert Elias, há a sua contribuição em “A Sociedade de Corte” e o “Processo Civilizador”. A defesa de Norbert Elias acerca da Sociologia Histórica parte de uma interpelação imprescindível para compreender a realidade apresentada. Do mesmo, a escolha da metodologia se justifica pela originalidade em se utilizar a sociologia histórica aplicado à Amazônia escravista para compreensão da estrutura social da sociedade amazônica contemporânea. E se tratando da colonização na Amazônia, logo, na região do Amapá, foi possível empregar essas duas sociologias como método de análise interpretativa.

As contemporâneas comunidades quilombolas no Amapá estão localizadas em três regiões distintas: uma no município de Mazagão, outra no município de Macapá, e outra ao norte, abrangendo os municípios de Calçoene e Oiapoque. A formação e a disposição espacial

⁷ Arquivo Histórico Ultramarino de Portugal, Projeto Resgate, Lisboa, 21 de maio de 1750, cx. 31, doc. 2977.

⁸ Arquivo Histórico Ultramarino de Portugal, Projeto Resgate, Pará, 21 de agosto de 1780, cx 86, doc. 7042.

contemporânea das comunidades demandam uma explicação de sua história, relacionada com as condições específicas da colonização, a escravidão, o tráfico de escravos e a exploração de trabalho escravo na região.

A chegada dos africanos no Cabo Norte, foi vista como maneira fácil de substituir os indígenas na força de trabalho e controlá-los visto que não conheciam a região onde agora iriam morar e servir aos colonos. O processo de substituição desses povos africanos se deu facilmente pelo episódio de epidemia que dizimou parte das populações indígenas. Os documentos do Arquivo Histórico Ultramarino deixam mais explícito como se deu essa transição de mão de obra no período colonial, esclarecendo que a demanda de escravos africanos foi resultado de um objetivo: suprir as defasagens na mão de obra, sendo esses escravos extremamente explorados abusivamente e com mais facilidade, tendo em vista que não conheciam a região/espço no qual foram submetidos, sendo assim estando mais suscetíveis à colonização predatória. É possível perceber que essa transição é um perfeito exemplo do conceito de figuração de Norbert Elias: de que as figurações sociais formadas pelos homens pouco se alteram por uma sequência de gerações, que são encaradas como inalteráveis, que permanecem sempre iguais - o que se encaixa ainda mais nos processos à longo prazo que este conceito trata, outrossim especificamente sobre a transição de escravos indígenas pelos escravos africanos que ocorreu durante todo o período colonial no Cabo Norte.

No capítulo 1, tratamos do referencial teórico que atravessa a pesquisa com o objetivo de apresentação, análise e discussão dos marcos teóricos interpretativos acerca do objetivo geral deste trabalho. No capítulo 2 reflito sobre as dinâmicas da sociedade escravista, apresentando a expansão do povoamento e escravidão no Cabo Norte, além de esmiuçar as características das rotas de fuga, formação de quilombos como forma de resistência à escravidão, como funcionava o trabalho escravo na região etc. para a compreensão de uma organização figuracional no contexto desse período colonial. Por fim, no capítulo 3 foi realizado uma análise acerca dos quatro documentos selecionados do Arquivo Histórico Ultramarino no que diz respeito aos elementos figuracionais que permearam durante o período colonial nessa região, especificamente quanto as relações de trabalho escravo, escravizado e colonizador, formação de instituições, formas de resistência, políticas de mão-de-obra, comércio, agricultura etc. que atravessaram os anos de escravidão no contexto da Amazônia Colonial.

2 SOCIOLOGIA E HISTÓRIA: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA

Neste capítulo são apresentados e discutidos os marcos teóricos interpretativos utilizados na pesquisa que seriam a ideia de região elaborada por Pierre Bourdieu somada à construção e relação da História e Sociologia (e a importância de se trabalhar com essas duas ciências de forma unificada), a abordagem figuracional construída por Norbert Elias e a análise das categorias analíticas da teoria da Geohistória miltoniana de Milton Santos. Alinhadas, são reflexões valiosas para o discernimento da problemática principal deste trabalho – a de compreender a formação e espacialização da força de mão de obra escrava no Cabo Norte e as relações de interdependência entre os atores sociais daquele período.

2.1 SOCIEDADE E ESPAÇO

Em “O Poder Simbólico” Pierre Bourdieu (1989) propõe uma avaliação sobre a ideia de região, tratando-se sobre os conceitos de lutas por classificação regional onde se estabelecem os princípios de definição do mundo social tendo em vista um processo marcado pelo poder, conflitos, representação e lutas regionais. A relação da ideia de região com a problemática aqui proposta contribui para a explicação da formação dos mocambos e quilombos na região do Amapá, e através desses conceitos é possível compreender como o poder colonizador se demonstrava de várias formas, como, por exemplo, economicamente.

É possível entender como ocorreu as mobilizações entre os escravos africanos para formularem rotas de fuga, através de uma “força mobilizadora”, pela qual eles se constituem como “nós” em oposição a “eles”, o que toca excepcionalmente à noção de identidade (BOURDIEU, 1989). E no que concerne a organização dos mocambos o conceito de representação – tendo em vista que as representações possuem uma origem histórica e primordialmente coletiva.

Na região colonial de Macapá e adjacências, fugitivos - negros, índios e soldados desertores - foram protagonistas de uma original aventura para conquistar a liberdade. Com suas próprias ações reinventaram significados e construíram visões sobre escravidão e liberdade. (GOMES, 1999, p. 225)

O conceito de região é resultado de uma construção simbólica, como produto de uma disputa entre as diferentes áreas do saber, pelo poder de estabelecer os limites e os sentidos de uma região.

Partindo desse pressuposto, Bourdieu destaca que a classificação de um determinado local não é resultado de uma decisão exclusivamente científica, assimilada a algo objetivo, pois, se a geografia, sociologia, história, etnologia, economia, linguagem etc. são saberes que são produzidos em uma sociedade que estabelece relações de poder, logo, todo conflito existente entre os diferentes saberes pelo direito da classificação também é uma pelo poder.

As lutas a respeito da identidade étnica ou regional, quer dizer, a respeito de propriedades (estigmas ou emblemas) ...são um caso particular das lutas das classificações, lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social... (BOURDIEU, 1989, p. 113)

Bourdieu (1989) ainda destaca que, por meio da linguagem, a classe dominante fixa, inviabiliza e reforça seu controle sobre os dominados, onde destaca que um dos elementos fortes do seu trabalho é mostrar que os intelectuais não trabalhavam de forma imparcial, mas sim dentro de princípios estabelecidos pelos grupos dominantes na sociedade. É o caso da colonização na Amazônia durante o período colonial, onde ocorriam as conversões dos nativos através das missões religiosas no século XVII na região do Maranhão e Grão-Pará. Outro fator da colonização importante para o domínio português foi a padronização do uso obrigatório da língua portuguesa (LINS, 2012, p. 139). Seguindo esta perspectiva, Bourdieu aponta que a dominação econômica toma efeito nítido em razão da dominação simbólica onde as regiões tomam uma forma regionalista em decorrência da luta contra a dominação e a reivindicação econômica.

A problemática aqui proposta é sobre a distribuição espacial da força de trabalho escravo no Amapá, tendo em vista a formação de mocambos e quilombos pelos africanos na região como forma de resistência e fuga do trabalho escravo imposto pelos colonos portugueses.

Sabe-se que os indivíduos e os grupos investem nas lutas de classificação todo o seu ser social, tudo o que define a ideia que eles têm deles próprios, todo o impensado pelo qual eles se constituem como “nós” por oposição a “eles”, aos “outros” e ao qual estão ligados por uma adesão quase corporal. É isto que explica a força mobilizadora excepcional de tudo que toca à identidade. (BOURDIEU, 1989, p.124)

O conceito de região de Bourdieu, relacionado à exploração da força de trabalho escravo dos africanos no Estado do Amapá, nos remete a um contexto histórico cheio de conflitos sociais por demarcação de território por parte dos portugueses – como forma de se prevenir

contra invasões de estrangeiros – quanto da luta dos povos originários da região pelo sentido de uma identidade regional que dão “sentido” à realidade do grupo.

...o que nelas está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de di-visão que, quando se impõem ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo, que fazem a realidade da unidade e da identidade do grupo. (BOURDIEU, 1989, p. 113)

A ocupação da região pelos colonos levou a comunidade negra escravizada a uma situação de confrontos e conflitos pelo espaço e como forma de resistência à escravização. A partir das reações à escravidão, ocorreu a fuga dos escravos para os mocambos que se tornou a forma mais expressiva de contrariar a sociedade escravista.

Fugitivos criariam rotas de fugas. Não seria só isto. Fugas e formação de mocambos naquelas regiões de fronteiras ganhariam outros significados. (GOMES, 1999, p. 225).

Bourdieu (1989) acrescenta que o poder sobre um determinado grupo que se trata de trazer existência enquanto grupo, é uma forma de impor princípios de visão e de divisão comuns, sendo assim, tornando-se uma visão única de unidade e identidade. Neste sentido, é possível perceber a imposição de classificação através do poder dos colonos naquele período, pela qual era uma forma de impor essa “visão única de unidade e identidade” sob os nativos e trabalhadores africanos escravizados na Amazônia escravista.

Os mais de dois séculos de dominação colonial no Estado do Grão-Pará revelam a montagem de um modelo de povoamento e de ocupação econômica onde diferentes formas de trabalho, socialmente organizadas, combinaram-se com essa natureza específica permitindo a realização de interesses mercantilistas. As conquistas territoriais e as formas de apropriação da natureza empreendidas pelos agentes coloniais encontraram, inicialmente, obstáculos, dentre os quais, o mais importante foi o enquadramento da força de trabalho indígena. (GOMES, 1999, p. 33)

Neste sentido, houve processos de despovoamento, desculturação e destribalização dos indígenas, avançando até que se consumassem os padrões de organização e de redistribuição espacial europeus, que foram observados pelos aldeamentos missionários.

2.2 SOCIEDADE E HISTÓRIA

O campo da Sociologia tem como preceito o fornecimento de conceitos e metodologia

em questão de pesquisa, e a História permite a possibilidade de elaboração de contextos. Esta pesquisa tem como objetivo enfatizar o uso da Sociologia e História como abordagem necessária para se ter percepção de tempo e espaço.

A problemática de pesquisa que estamos discutindo, da distribuição espacial da exploração da força de trabalho escravo no Amapá, coloca-nos, por ser um processo que configura tempo (período colonial) e espaço (formação espacial e socioespacial), a necessidade de uma abordagem metodológica, no que tange à interpretação sociológica e histórica, para a compreensão do processo de formação desses povos no período.

Inicialmente é imprescindível entender que tanto a história quanto a sociologia trabalham com a particularidade do objeto de estudo - individual. A aproximação entre a história e sociologia teria como objetivo compreender os fatos sociais, permitiria que se pudesse compreender a experiência humana. A história forneceria à sociologia a possibilidade de elaborar contextos, e a sociologia forneceria novos conceitos e metodologia à história, como já supracitado.

De allí que resulte útil admitir que las deficiencias constitutivas de las ciencias sociales en general, y de la historia y de la sociología en particular, tienen mucho que ver con las formas de apreciación y percepción del tiempo y del espacio.” (JOYA CARRY, 2017, p. 3)

Alfaro Velázquez (2009) ao apresentar *La relación entre Sociología e Historia: la sociología histórica como alternativa, en Contribuciones a las Ciencias Sociales* (2009), comenta sobre a divergência das duas disciplinas no que se trata de explicar todos os processos de industrialização. A Sociologia é tida como ciência que é liberta da história, e a História como “objeto de estudio la naturaleza de las sociedades humanas y su desarrollo a través del tiempo.” (VELÁZQUES, 2009, p. 2)

Tanto a História quanto a Sociologia trabalham com a particularidade do objeto. Gurvitch (2000) comenta em *Los Fundadores de La Sociología Contemporánea* que a sociologia é um exercício acadêmico que se erguia sobre os motivos do passado coletado pelos historiadores, sugerindo assim que a sociologia deveria ser a continuação do trabalho empreendido por estes.

No contexto do período colonial - sobre o trabalho escravo no Amapá - a História e a Sociologia permitiriam que se pudesse compreender os fatos sociais do período. A História forneceria à Sociologia a possibilidade de constatar o período da mão de obra escrava, e a Sociologia forneceria à História metodologia para se compreender o processo de escravização dos povos africanos e indígenas, também como conceitos para explicar a realidade social deste

período.

Hacia mediados del siglo XIX, en las etapas embrionarias de la sociología, Herbert Spencer concibió esta disciplina como un ejercicio académico que se erguía sobre los pivotes del pasado recabado por los historiadores. Sugiriendo con ello que la sociología debería ser un continuo del trabajo emprendido por estos, pero que superaba sus intereses y alcances, trascendiendo la descripción focalizada de una nación o de un pueblo dentro de un área geográfica específica, pasando a convertirse en una disciplina que, de la mano del método comparado, lograría una precisión y comprensión mayores de cómo se configuraron tales estructuras sociales, llegando incluso a la confección de generalizaciones o teorías lo suficientemente abarcadoras para dar cuenta del desarrollo humano (GUTVITCH, 2000).

Herbert Spencer compreende a importância da interdisciplinaridade entre a Sociologia e a História, onde a Sociologia seria utilizada como método comparativo, assim, alcançando um melhor entendimento de como as estruturas sociais são configuradas. Para um melhor discernimento, Norbert Elias contribui com o conceito de figuração social para entender os papéis sociais dos indivíduos na sociedade e a relação entre eles. Como explicar as relações de interdependência na sociedade escravista no período colonial na Amazônia? Como entender as tensões, dependências recíprocas?

2.3 ABORDAGEM FIGURACIONAL NA SOCIOLOGIA HISTÓRICA

A problemática de pesquisa aqui proposta, da formação espacial da força de trabalho escravo no Estado do Amapá, trata-se de um processo de compreensão em relação aos aspectos das mudanças sociais abarcados por um processo de longo prazo, visando a necessidade de compreender o desenvolvimento social e histórico abrangendo no quadro da interpretação sociológica elementos empíricos e metodológicos

Elias (2001), ao apresentar *A Sociedade de Corte* (1969), expôs que “os desenvolvimentos sociais costumam ocorrer tão lentamente, ao longo de extensos

períodos, que parecem permanecer parados. É possível que as figurações sociais formadas pelos homens alterem-se tão pouco, durante uma sequência de gerações, que sejam encaradas por quem toma parte nelas como inalteráveis, como formas de sociedade que permanecem sempre iguais.” (ELIAS, 2001, p. 38)

Este trabalho tem como objetivo o foco na análise do problema da pesquisa abarcando seu processo de longo prazo e aplicando a metodologia de Norbert Elias onde ele faz uma “relação entre os aspectos das mudanças sociais que se repetem e os que não se repetem.” (ELIAS, 2001, p. 38).

Para Elias (2001), as mudanças da organização social que ocorreram em vários âmbitos

da humanidade, durante os últimos dez mil anos, são numerosas, apresentando como exemplo o desenvolvimento estrutural de muitas sociedades. “No que diz respeito à cronologia individual, ao ritmo de crescimento dos indivíduos desde a infância até se tornarem homens e mulheres velhos,

as mudanças sociais de longa duração continuam a se realizar muito lentamente. É por esse motivo que, pelo quadro de referência da vida humana e do ritmo de modificação dos homens singulares, com frequência elas não são percebidas como tais, como mudanças estruturais das figurações sociais, mas sim como figurações estagnadas, ou seja, como "sistemas sociais".” (ELIAS, 2001, p. 39).

Para o caso da problemática da pesquisa apresentada, a que procura conhecer e compreender sociologicamente a formação espacial da força de trabalho escravo no Estado do Amapá e as relações de interdependência dos atores sociais, a consideração de processos das mudanças estruturais das figurações sociais no período é necessária, tendo em vista o processo colonizador, a demanda de escravos africanos como força de trabalho para a “substituição” dos escravos indígenas a formação de mocambos e quilombos, modelos de povoamento e de ocupação econômica, etc. Quais seriam esses processos identificados no período?

Em Macapá colonial, os sons da colonização produziram ritmos diferentes. Modelos de povoamentos e de ocupação econômica tentavam reorganizar homens, mulheres e suas culturas. Nem sempre as conquistas territoriais obedeceram às leis de espadas, canhões e/ou do mercado... Recupera o movimento histórico da ocupação econômica da região de Macapá, ressaltando os projetos de colonização - agenciados entre planos políticos de defesa e proteção de fronteiras - e as políticas de fomento. Houve prosperidade. Conheceu-se também a estagnação. Ainda que sob o som da militarização vilas foram criadas e áreas agrícolas ganhavam importância. Colônia agrícola e guarnição militar, faces contraditórias e, ao mesmo tempo, complementares daquela ocupação econômica. Algodão e, principalmente, o arroz disputariam mercados, enfrentando dificuldades de transporte e comercialização. Enquanto isso, fazendeiros disputavam escravos. Epidemias disputariam a vida de todos. Agricultura familiar e estruturas camponesas fizeram-se projetos. (GOMES, 1999, pg. 13-14)

2.3.1 SOCIEDADE E GEOHISTÓRIA MILTONIANA

Suzano Junior (2022) na sua tese de doutorado *Milton Santos, o espaço e as rugosidades: contribuições da Geografia Renovada à História*, faz uma análise acerca das categorias analíticas e repertório conceitual da Geohistória de Milton Santos. O autor pontua que “a Geohistória de Milton Santos se respalda em repertório conceitual e em categorias analíticas que instrumentalizam, enquanto abstrações que são, instrumentais técnico disciplinares, a análise da paisagem.” (2022, p.186). Ou seja, realiza uma análise da totalidade

de um espaço/paisagem, apresenta uma proposta de método de análise das espacialidades denominadas de *forma, função, processo e estrutura* (FFPE). Para Milton Santos, a organização de paisagens/espços e a sua totalidade só poderão ser realizadas através desse método.

Na obra *Espaço e Método* (2014 [1985]), Milton Santos traz uma reflexão acerca de que toda *forma, função e estrutura* são condicionadas pelo tempo, temporalidades, que se define e se redefine a todo momento. Essa reflexão pode ser atrelada a transição/substituição da mão de obra escrava indígena para africana (não de forma totalizada) nos engenhos/plantations, atividades extrativistas e obras de infraestrutura, assim como a formação de mocambos/quilombos no Cabo Norte, criados inicialmente como forma de resistência e local de fuga. As mudanças estruturais na mão de obra escrava no decorrer dos séculos XVII e XVIII – trabalho que foi substituído pelo trabalho formal e livre depois da abolição, e o processo de formação das comunidades negras rurais no Cabo Norte – comunidades, que na sua maioria, permanecem até os dias atuais – se encaixa como um exemplo na construção do argumento de Santos, quando ele discorre que “o tempo (processo) é uma propriedade fundamental na relação entre forma, função e estrutura,

pois é ele que indica o movimento do passado ao presente. Cada forma sobre a paisagem é criada como resposta a certas necessidades ou funções do presente. O tempo vai passando, mas a forma continua a existir. Consequentemente, o passado técnico da forma é uma realidade a ser levada em consideração quando se tenta analisar o espaço. As mudanças estruturais não podem recriar todas as formas, e assim somos obrigados a usar as formas do passado. A flexibilidade na construção de novas formas, quando a sociedade está passando por mudanças estruturais, decresce com o tempo, em decorrência da imobilidade inerente que por vezes caracteriza a forma preexistente. Por isso, um certo grau de adaptação à paisagem preexistente deve prevalecer em cada período.” (SANTOS, 2014 [1985], p. 73).

Essas categorias analíticas – *forma, função, processo e estrutura* – permitem um discernimento grandioso de abstração do espaço na sua totalidade. A problemática discutida aqui, a de compreender a formação espacial das comunidades negras rurais e as relações de interdependência entre os atores sociais no Cabo Norte atrelada às categorias analíticas apresentadas por Milton Santos facilita a discussão dos processos de mudanças estruturais no período colonial, no sentido de esmiuçar os elementos da evolução e transposição do objeto de estudo, ou seja, do espaço ou *paisagem*, tendo em vista que uma vez “que os lugares – combinação localizada de variáveis sociais – mudam também de valor e de papel à medida que a História se desenvolve.” (SANTOS, 2014 [1985], p. 78).

Milton Santos (2014 [1985], p. 76) se atenta para o fato de que “para se compreender o espaço social em qualquer tempo é preciso tomar em conjunto a forma, a função e a estrutura, como se se tratasse de um conceito único” e continua seu argumento de que não se pode analisar o espaço/*paisagem* através de um só desses conceitos, ou mesmo de uma combinação deles”.

No caso da formação de comunidades negras rurais, ela é composta pelas categorias forma (mocambos localizados em diversas áreas amazônicas, principalmente em regiões de fronteiras – Guiana brasileira⁹), função (resistência à escravidão e criação de rotas de fuga no período colonial) e estrutura (mocambos mantendo sua estrutura ganhando outros significados conforme o tempo foi passando). Milton Santos discorre que a *forma* é tudo aquilo que é apresentado como objeto e sua distribuição em um conjunto espacial, ou seja, aquilo tudo que é visível. Ele se refere “ao arranjo ordenado dos objetos, a um padrão” que organizado e governado sempre “pelo [então] presente, e conquanto se costume ignorar o seu passado, este continua a ser parte integrante das formas.” (SANTOS, 2014 [1985], p. 69).

Santos (2014 [1985] p.69) define *função* como qualquer “tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa.”. Em síntese, seria tudo aquilo que é atrelado à sua funcionalidade, que é determinada pelo lugar, porém de forma orientada pela época. Logo, os mocambos formados durante o século XVII e XVIII no Cabo Norte assumiam a função de locais e rotas de fuga, mas depois do fim da escravidão transformaram-se em comunidades negras rurais: o “que ocorre é que as formas, em curto, médio, longo ou longuíssimo prazos, transformam-se em outras formas, além de passarem a desempenhar novas funções [...]” (BARROS, 2017, p. 68).¹⁰

As categorias analíticas apresentadas por Milton Santos expressam mais que a totalidade de um espaço/*paisagem*. Trata-se de uma construção de um método da Geohistória Miltoniana para a possibilidade de análise, reconhecimento e detalhamento na área epistemológica. A abrangência e instrumentalização das categorias analíticas formuladas por Santos possibilitam uma proposta metodológica que vai além da Geohistória, caminhando pelas Ciências Sociais.

⁹ GOMES, Flávio dos Santos. **Nas Terras do Cabos Norte: fronteiras, colonização, e escravidão na Guiana Brasileira - séculos XVIII e XIX**. Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999. p. 225.

¹⁰ BARROS, José D’Assunção. *História, espaço, geografia: diálogos interdisciplinares*. Petrópolis, RJ.: Vozes, 2017.

3 DINÂMICAS DA SOCIEDADE ESCRAVISTA

Nesta seção é apresentada um pouco sobre como funcionava a dinâmica na sociedade escravista no Cabo Norte, tratando especificamente sobre o tráfico negreiro na região, compra e venda de escravos, expansão do povoamento na região juntamente com a escravidão, como funcionava a dinâmica dos escravizados indígenas e africanos, identificação das rotas de fuga e da formação de mocambos/quilombos. Trata-se também da questão das fronteiras e sua relação com os fugitivos e disputas entre os colonizadores. Outrossim, é discutido como funcionava o trabalho escravo no período colonial, não somente na região do Cabo Norte, mas também no restante do Brasil.

3.1 TRÁFICO NEGREIRO PARA O ESTADO DO MARANHÃO E PARÁ

No artigo *Escravos do Atlântico equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII)*, de Rafael Chambouleyron é apresentado três elementos específicos e centrais como fundamentais para compreender a formação da sociedade colonial no Estado do Maranhão como forma de consideração à constituição de uma iniciante rota escrava. O primeiro elemento é o impacto das epidemias de varíola sobre os nativos indígenas, que fez dos africanos uma forma de escape da carestia de trabalhadores indígenas. Como segundo elemento Chambouleyron apresenta a delicada situação da Fazenda real que viu no tráfico de africanos uma maneira de tornar viável o domínio militar português naquela região, e por último o autor discorre sobre a experiência da Companhia do Comércio do Maranhão, da década de 1680, que foi instituída para o envio de escravos africanos ao Estado em razão de uma lei geral de liberdade indígena publicada nesse mesmo período. Entender como o tráfico negreiro foi executado para o Estado do Maranhão e Pará, e quais as suas motivações é um dos elementos relevantes para este trabalho. Auxilia na compreensão da estruturação de mão de obra escrava no Cabo Norte, nas relações de interdependência nos períodos que se sucedem (XVIII-XIX), na criação de rotas de fuga e formação dos mocambos.

Durante a década de 1660 e 1690 duas epidemias de varíola surgiram e abalaram a força de trabalho causando uma grande crise para o sistema produtivo. A varíola da década de 1690 (nomeada à época de *bexigas*) pareceu ter sido a mais grave, a doença teria sido trazida por um navio que transportava escravos africanos para o Maranhão. Em 1696, o Conselho Ultramarino relatou ao rei a grande mortalidade causada pela varíola, que haviam assolado “não só aos índios

do sertão, mas também aos moradores, aos escravos que estavam a serviço de seus engenhos. Já no final do século XVII, o procurador do Estado do Maranhão concluiu que o contágio da varíola teria levado “entre cativos e forros o melhor de cinco mil”.¹¹ Logo uma das reações à escassez de nativos indígenas na mão de obra foi direcionado para a aquisição de escravos vindos da África. Em épocas de crise era bastante natural recorrer ao tráfico de africanos como alternativa de suprir a defasagem do trabalho indígena, e para sustentar essa demanda sempre era utilizada nas petições e documentos enviados do Maranhão a ideia de que o Estado progredira graças à mão de obra escrava africana.

Ao fim do século XVII, o Conselho Ultramarino informa que em função da mortalidade dos indígenas seria conveniente continuar com o abastecimento de escravos africanos na região “porque por este meio não só se lhe seguiria o interesse de terem quem os servisse e trabalhasse na cultura de seus frutos, mas em consequência para a Fazenda de V.M., porque sendo muitos em abundância, seria muito diferente o rendimento dos contratos”.¹²

É evidente que o tráfico para o Maranhão e Pará era sistematicamente organizado pela Coroa em razão das epidemias, das leis de liberdade indígena e do interesse da Fazenda real na região. A organização do tráfico negreiro se fez de forma fundamental da iniciativa da própria Coroa acerca da necessidade de atender as demandas daquela região – resolver os problemas circunstanciais além do problema de mão de obra indígena ocasionada pelas varíolas e das instâncias da Fazenda real.

Seguindo seu raciocínio, Chambouleyron exprime a situação delicada da Fazenda real acerca da conservação das fortalezas como fundamental na região fronteiriça do Estado do Maranhão por conta do forte interesse de holandeses, ingleses e franceses na Amazônia. A conquista de boa parte do território pelos portugueses não afastou as constantes ameaças de outras nações europeias. Sendo assim, as fortificações eram fundamentais para a defesa do que se chamaria de ‘fronteira interna’, no Cabo do Norte e região oriental do Estado do Maranhão. Foi enviado pela Coroa um navio Negreiro ao Estado do Maranhão com o objetivo de uma dupla política de financiamento da Fazenda real no Estado e de incentivo à agricultura. A partir disso, em 1691 “dom Pedro II enviou uma carta ao governador do Maranhão explicando-lhe que mandara uma série de gêneros que pareciam ter “valia” no Estado, para que do procedido

¹¹ A petição do procurador do Maranhão está incluída em AHU, Maranhão (Avulsos), cx. 9, doc. 981 (1699).

¹² AHU, cód. 274 (Consultas do Maranhão), f.124v (1698).

da venda deles se acudisse à construção das fortalezas e conserto das armas. O capital obtido com a venda dos gêneros não podia ter outra aplicação que não as fortificações” (CHAMBOLEYRON, 2006). O financiamento de toda a operação do tráfico negreiro foi feito pela própria Coroa através do Conselho Ultramarino.

O autor reflete sobre a comparação dos números do tráfico que indica, relativamente, que a porção de escravos africanos não foi tão insignificante como consta na historiografia. Depois de toda a construção de seu raciocínio, Chambouleyron percebeu e pontuou uma concentração de envio de africanos nas décadas finais do século XVII.

É possível afirmar, portanto, que nas décadas de 1690 e de 1700, em razão da concentração dos assentos celebrados pela Coroa, o crescimento do número de escravos — apesar do incipiente tráfico — seguramente ultrapassou o crescimento da própria população do Estado. Nesses anos, portanto, a importância relativa da presença africana na região não pode ser desconsiderada. (CHAMBOLEYRON, 2006, p.103).

Para finalizar a construção de toda a sua reflexão acerca da análise das peculiaridades do tráfico negreiro à região do Maranhão, Rafael Chambouleyron explicita a importância de não só discutir as relações e culturalidades advindas do encontro entre os diversos grupos que formavam a população do Estado do Maranhão, como também agarrar-se na necessidade de ponderar a relevância dos antigos escravos africanos na região do Estado do Maranhão e Pará durante o século XVII e XVIII enfatizando que a inexistência de um tráfico negreiro frequente e abundante ligado aos circuitos sul-atlânticos não deve servir de obstáculo e nem de referência para se compreender os significados e as implicações da presença africana naquela região (CHAMBOLEYRON, 2006).

3.1.1 EXPANSÃO DO POVOAMENTO E ESCRAVIDÃO

Para compreender sobre as condições da escravidão indígena e africana no Cabo Norte e, outrossim, entender quais circunstâncias o tráfico de escravos e o uso forçado da sua força de trabalho ocorreu na região é preciso pontuar se há atividades econômicas, quais seriam, como funcionavam e quais suas razões para que pudessem ser direcionadas em várias regiões do Cabo Norte.

Durante o século XVIII, no nicho colonial da região do atual Amapá, a administração de Macapá e Mazagão incentivou a agricultura mesmo que esses dois núcleos estivessem

atuando como reserva militar e salvaguarda de fronteira. É neste projeto que é possível identificar dois grandes pontos imprescindíveis para a construção de um povoamento e sua expansão, e da realização de uma ocupação econômica: colônia agrícola e guarnição militar (GOMES, 1999).

A paisagem humana desta região mudou em cerca de meio século, houve a formulação de uma nova agregação, contudo, é explicitado que o povoamento ocorreu através de muitas tensões e instabilidades “pois os movimentos mais dinâmicos ocorreram por conta da entrada, a cada mês, de centenas de trabalhadores temporários que marcaram o cenário de Macapá” (GOMES, 1999 p.43).

O ano de 1765, para o qual temos uma série relativamente completa de informações, sobre trabalhadores na Fortaleza, pode ser pensado como excepcional. Contaram, ao longo de 11 meses, com 2.598 índios e 2.394 escravos. Entre fugidos e calcetas dos índios somavam-se 261 e em situação semelhante 240 dos escravos. Essa força de trabalho estava incorporada nos canteiros das obras da construção da Fortaleza de Macapá e pressionaram, de forma especial, o abastecimento de alimentos. (GOMES, 1999, p. 44)

Nos anos seguintes a Coroa transferiu gado de forma bastante desigual para 12 chefes de famílias que foram transferidos para Macapá com o objetivo de auxiliar na mão de obra da construção da Fortaleza de São José de Macapá. O gado era mobilizado como auxílio na construção da fortificação e os que morriam eram direcionados à alimentação dos trabalhadores das obras e dos que se encontravam doentes (GOMES, 1999).

Seguindo a linha de expansão de povoamento dessa região, os colonos de Macapá e Mazagão integraram-se no cultivo do arroz e do algodão, tendo como a plantação de arroz como atividade principal - mesmo o cultivo da mandioca sendo excessiva entre os “lugares de índios”¹³ e vilarejos mais distantes. Não obstante, houve desequilíbrio na tentativa de desenvolvimento interno na cultivação do arroz na região devido a falha no atendimento às demandas externas - abastecimento da metrópole e escoamento das maquinarias de origem europeia - e a visão confusa de comercialização, beneficiamento e sistemas de produção agrícola (GOMES, 1999). Mas, de forma significativa, foi nesse campo de relações econômicas que se desenvolveu um certo padrão de economia agrícola em virtude do fato de como as formas sociais se organizaram que de certa forma ajudaram a compreender a experiência dos colonos no delta do Amazonas.

¹³ Antigos aldeamentos missionários foram transformados em vilas e lugares de índios.

Os primeiros colonos de Vila Vistosa Madre de Deus receberam escravos de Benguela “para o adiantamento das lavouras que se reduziam ao arroz, algodão e urucu, além daquela porção de farinha necessária ao consumo da terra e ainda ao gasto da Fazenda Real”.¹⁴ (GOMES, 1999, p. 45)

Ainda na segunda metade do século XVIII, os indígenas destribalizados eram utilizados nos canteiros de obras e roças, e chegavam a representar 80% dos trabalhadores. Alguns dos colonos eram favorecidos, através do Diretório¹⁵, com a regulamentação dessa força de trabalho com a finalidade de assistência na colheita do arroz, semeadura e limpeza (GOMES, 1999).

O cultivo do arroz em Macapá realizava-se a partir de duas demandas: a primeira foi menor em resposta às carestias de abastecimento local em um momento de circulação de trabalhadores para a construção da Fortaleza de São José de Macapá e das vilas de colonização. A segunda demanda, e a mais importante, se dava ao fato de que resultava da exploração do gênero para Lisboa. A partir dessas duas demandas, procederam diversas intervenções desde a questão do transporte até a enxurrada de despesas e custos de comercialização do gênero.

A queda da produção de arroz em 1780 é um ponto interessante a ser analisado. Em 1777, o comandante de Macapá, Manoel da Gama Lobo de Almada, expediu ao Governador do Pará um plano ambicioso para que todos os anos saísse do Porto de Macapá cerca de 100 mil arrobas de arroz, ou seja, era um plano/projeto que insistia e exigia o aumento das exportações.

No Plano listavam-se 162 “*lavradores*” e declarava-se contar efetivamente com 293 para a lavoura: homens de trabalho 110 + 172 negros de Machado + 11 índios de Portaria. Previa uma necessidade de mais 1.007 trabalhadores, indicando o número de índios que deviam ser expedidos pelos diretores das vilas próximas. Outro detalhe é a relação homem x produção, 617 alqueires vs. homem. O crescimento da lavoura dependia de mais trabalhadores, resolvido com a incorporação de índios, pois a Companhia Geral não mais importava escravos nem os colonos podiam comprá-los. (GOMES, 1999, p. 51).

Em outro momento é chamada a atenção para a importância de conferir a relação entre escravo e produção de arroz. O resultado é bastante heterogêneo. Existia uma situação

¹⁴ VERGOLINO-HENRY, Anaiza, FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. *A Presença Africana na Amazônia Colonial; uma notícia histórica*. Belém: Arquivo Público do Estado do Pará, 1990, p. 176-177.

¹⁵ Publicado em 1758, o Diretório dos Índios foi uma lei caracterizada por uma série de diretrizes a serem seguidas nas colônias portuguesas. Propunha a normatização de diversas práticas coloniais, estabelecendo critérios educacionais, administração da força de trabalho e relações entre indígenas e colonos. Ao mesmo tempo em que regulava a liberdade das populações indígenas institucionalizou seu trabalho forçado. <https://www.infoescola.com/historia/diretorio-dos-indios/#:~:text=Publicado%20em%201758%2C%20o%20Diret%C3%B3rio,rela%C3%A7%C3%B5es%20entre%20ind%C3%ADgenas%20e%20colonos>. Acesso em: 2023-01-17.

econômica bastante diferenciada entre os colonos. Uns tinham mais escravos do que outros, sendo assim, alguns contavam com força de trabalho familiar na produção.

É fato que os colonos de Macapá tiveram problemas na produção de arroz devido à insalubridade dos sítios, dos solos e do regime das marés. Houve também problemas com o mercado e preços. Sobre a colonização na região, o “fracasso” dos colonos e a frivolidade em que as vilas se transformaram ficou conhecido. Porém, o êxito da produção e comercialização do arroz e algodão obteve seu reconhecimento.

3.2 ROTAS DE FUGA E A FORMAÇÃO DE MOCAMBOS

Um dos objetivos deste trabalho é identificar possíveis protestos, rebeliões, fugas dos escravizados e a formação de mocambos/quilombos. Flávio dos Santos Gomes (1999) nos apresenta como esses “fugitivos - negros, índios e, [até mesmo, os] soldados desertores - foram protagonistas de uma original aventura para conquistar a liberdade” (GOMES, 1999, p. 225), na região de Macapá e proximidades. Nesse sentido, esta seção apresentará uma análise dos pontos supracitados através da construção do pensamento de Gomes acerca da experiência do povo negro na região da Guiana brasileira, principalmente em Macapá, desde o período colonial até os últimos anos do século XIX.

3.2.1 A FRONTEIRA E OS FUGITIVOS

É fato que havia uma grande preocupação por parte dos colonos portugueses acerca dos escravos nativos e africanos: o temor de que os escravos fugissem dos domínios portugueses em um momento que a região era cercada de fronteiras e que ainda chamava a atenção e obtinha interesse dos ingleses, franceses, holandeses e espanhóis (GOMES, 1999). É nesse cenário que ocorreu diversas disputas por escravos fugitivos entre os portugueses e os franceses, e as fronteiras eram disputadas, principalmente, na segunda metade do século XVIII.

Conflitos e fronteiras. Esse binômio explica o processo histórico ocorrido nessa região colonial, entre o final do século XVII e o alvorecer do século XVIII. Baena já destacava que o agravamento das disputas entre portugueses e franceses datava do último quartel do seiscentos (GOMES, 1999, p. 225-226).

Acontecia de forma frequente o comércio clandestino entre franceses e indígenas - o que sempre preocupou as autoridades portuguesas. E a região do Amapá que fazia divisa com a Guiana Francesa era a que mais tinha foco de preocupação. Era nessa região que grupos de negros escravizados obtinham ajuda de comerciantes e de nativos indígenas para realizar fugas,

tanto do lado francês como do lado português. A partir dessa conjuntura, havia um tratado internacional assinado pelas duas Coroas, desde 1732, que acordava a respeito da devolução de negros fugitivos onde era cumprido, na medida do possível. Houve ocasiões que aconteceram trocas recíprocas de escravos fugidos.

Ao mesmo tempo, havia a troca de farpas entre os franceses e portugueses no que concerne a constante fuga dos negros escravizados. Os portugueses acusavam os franceses de castigarem os fugitivos com muita rigidez, o que provocava novas fugas, inclusive dos mesmos escravos. Os franceses faziam de tudo para reaver seus escravos fugitivos, mesmo que tivessem que se infiltrar nas regiões de fronteira para capturá-los, o que acabou sendo mais um problema e soma para o conflito que já estava estabelecido em relação aos portugueses. Mas esse não era o único contratempo das autoridades portuguesas.

Havia reclamações de invasões francesas supostamente motivadas pelo resgate de cativos fugidos. O problema era mais complexo do que apenas fugas. Aquela região de fronteira era um palco de disputas por domínios coloniais (GOMES, 1999, p.229).

Em meio ao palco de conflitos e disputas, as fugas de cativos continuavam a todo vapor, principalmente os escravos de Caiena. Mesmo que as rotas de fugas fossem perigosas e insalubres, a vontade e persistência de conquistar a liberdade era muito maior do que “sobreviver” como escravos. Os escravos fugitivos tinham estratégia de sobrevivência durante as fugas, muitos “optavam pelo mar e/ou rio que banhavam a região” (GOMES, 1999, p. 230). Evitavam enfrentar as florestas pois sabiam que seriam alvos fáceis da fome, teriam que lidar com animais ferozes, doenças ou até mesmo acabar de encontro com os cães farejadores dos capturadores franceses. Mas nem todos tinham a mesma sorte e/ou estratégia.

No local chamado Pesqueiro, em Macapá, por exemplo, foram encontrados numa ocasião corpos de três fugidos “que morreram não sei se foi de fome ou as feras, porque os vestígios não informam bem o acontecimento por se acharem já largados vargens e igarapés, e só livres as serras e colinas”. ...A propósito, um índio que caçava nas cabeceiras de um riacho deparou-se com quatro escravos pertencentes a um morador de Cametá que “estavam bastantes dias que se nutriam e palmitos e já estavam fracos e por isso não resistiram e se entregaram” (GOMES, 1999, p. 230).

Os anos passavam e as disputas coloniais permaneciam, com elas as fugas dos escravos continuavam e cresciam cada vez mais. Somado a esse cenário, as reclamações dos franceses também apareciam e a formação de mocambos/quilombos estava se constituindo cada vez mais. Toda a região de fronteira estava sendo palco de disputas e conflitos coloniais enquanto a fuga

de escravos e formação dos mocambos/quilombos era apenas mais um personagem em meio ao caos que ali estava instalado.

As fronteiras eram tidas como seguras para esconderijo e formação de mocambos/quilombos. Os fugitivos de Caiena e do Pará estabeleciam-se nelas, migrando por toda aquela região. Era, sem dúvidas, um lugar seguro para fugitivos e quilombolas, mais do que as florestas. As fronteiras eram além do que apenas um refúgio localizado muito bem geograficamente, era, também, um esconderijo social e econômico ideal no contexto social amazônico em que aqueles atores sociais se encontravam. Ali, estabeleciam grupos, formavam e/ou buscavam alianças com outros setores sociais e desenvolver uma economia própria como forma de subsistência (GOMES, 1999). É perceptível que os fugitivos e quilombolas contavam com a ajuda de “índios, taberneiros donos de canos e outros escravos” (GOMES, 1999, p. 234).

Os fugitivos e quilombolas não tinham limites territoriais para fazer alianças. Muitos faziam eventuais trocas mercantis com alguns colonos e lavradores franceses, mesmo que estes não fossem tão amigáveis. Ao mesmo tempo, ameaçavam os portugueses de “se apresentar” aos franceses por conta das perseguições portuguesas. Essa é uma das informações que preocupavam as autoridades portuguesas do Pará. O problema naquele momento não era apenas evitar as constantes fugas dos escravos, vigiar franceses infiltrados na região e ouvir reclamações de proprietários. Era um momento de temor das autoridades portuguesas em relação à construção de uma forma de resistência dos escravos à procura da liberdade.

Mocambos formados bem próximos à fronteira mantinham relações de comércio com colonos franceses. Tinham igualmente sua base econômica, fazendo “salgas”, tingindo roupas, plantando roças, pastoreando gado, e fabricando tijolos para a construção de fortalezas francesas (GOMES, 1999, p.235).

As autoridades ficaram inquietas pois interpretavam este movimento como uma ameaça, tanto que anos depois o próprio Juiz da Câmara de Macapá propôs que caso estes quilombolas fossem capturados, não deveriam ser entregues de imediato aos seus donos e sim vendidos a outros países para de forma que nunca mais voltem à região. A maioria das fronteiras já estava ocupada por desertores, grupos indígenas e mocambos. Ali se formavam grandes estratégias de subsistência, permanência e luta por liberdade.

3.3 TRABALHO ESCRAVO NO PERÍODO COLONIAL

A problemática da pesquisa aqui proposta é entender as relações de interdependência dos atores sociais no Cabo Norte e a distribuição espacial da exploração da força de trabalho

escravo no Amapá, no período colonial do século XVIII e XIX, e por ser uma constituição oriunda do tráfico negreiro com objetivo de mão de obra, coloca-nos a necessidade de uma abordagem metodológica que englobe uma interpretação sociohistórica entendendo os processos sociais vividos no período.

Considerando o tráfico negreiro como atendendo à necessidade de força de trabalho para o projeto colonizador, se pode tomar como exemplo a alta demanda da mão de obra escrava para com a produção do café no sudeste do Brasil. Foi preciso uma amplificação por conta da alta procura externa e por ser uma produção que necessitava de um processo lento.

Para se compreender o sucesso dessa produção e exportação, Ricardo Salles (2018) coloca que “os plantéis de escravos eram o principal ativo de grandes fazendeiros” (SALLES, p. 126), tendo em vista que a grande produção só se movimentava e obtinha lucros por causa do trabalhador escravizado - “principal fator que impulsionou a expansão do café...” (SALLES, p. 129).

...Nos trinta anos seguintes, 911911 africanos escravizados desembarcaram no Sudeste, em sua maioria destinados às plantações de café do Vale do Paraíba e zonas limítrofes. (SALLES, p. 129)

A jornada de trabalho extensiva, cerca de 15 (quinze) horas por dia, explica a alta produção e como os fazendeiros lucravam em cima do trabalho árduo dos escravos que viviam sob ameaças de violência como principal marca de sua rotina.

De fato, a economia do café só se viu conturbada e em declínio com a lei abolicionista de 1888, resistindo às “ameaças abolicionistas” até em última instância.

No caso da Amazônia colonial, nas últimas décadas do século XVIII os desdobramentos de uma estrutura econômica começam a se desenvolver. Por um lado, o empreendimento complexo estruturado pelos missionários (de forma autárquica), onde a agricultura e o extrativismo se articulam de forma racional e desenvolvendo uma eficiência adequada ao mercado colonial. Por outro lado, aumentam as unidades estruturadas independentemente pelos colonos com o apoio da administração via concessão de terras e créditos (GOMES, 1999).

Nestes se estabelece uma combinação de força e de regimes de trabalho diversa - escravidão de índios e negros, trabalho compulsório e soldada. No conjunto dessas forças emerge, articulado ou não à economia mercantil, um conjunto de pequenas unidades de produção de colonos pobres, de índios ex-aldeados, de negros forros, de escravos fugidos, em torno ou afastados das vilas. (GOMES, 1999, p.34).

Durante o segundo período colonial (1751-1820), no Amapá a agricultura inicia um ciclo de maior interesse e investimento. As cidades de Macapá e Mazagão, pelas suas

localizações estratégicas, eram muito utilizadas para suprir de alimentos a capital de Belém (LINS, 2012, p.140). No ano de 1759, a região dessas duas cidades já produzia quantidades significativas de alimentos, que por sua vez, abasteciam a Cidade de Belém.

3.850 alqueires de arroz (01 alqueire = 13,8 litros, perfazendo 53.130 litros); 5 mil mãos de milho (01 mão = 25 espigas, totalizando 125 mil espigas); 180 arrobas de algodão (01 arroba = 15kg, um total de 2.700kg); 1.430 cachos de banana; 3.450 jerimuns (abóboras); 62 arrobas de tabaco (975kg); 75 alqueires de farinha (1.035 litros); 50 mil melancias e 1.620 frangos.¹⁶

Por volta de 1776, Macapá já havia se tornado o principal pólo de produção de arroz, devido a vantagem das suas áreas de várzea, através da fertilização das águas do Rio Amazonas nos seus solos.

Como analisaremos, o trabalhador escravizado negro sempre foi usado como mão de obra em atividades de força de trabalho braçal, sendo explorado atendendo as mais diversas funções do colonizador português. É preciso relembrar que desde a sua chegada à região até o momento da “abolição” da escravidão, foi destinado aos trabalhadores escravos africanos a produção primária ou tarefas rudimentares (LINS, 2012, p.159). É preciso esclarecer que para os colonos portugueses as atividades braçais eram consideradas uma “desonra”, e que o termo “abolição da escravidão” não tem o menor sentido relacionado com a dita liberdade que o povo escravizado supostamente conquistaria.

Neste sentido, os africanos escravizados eram destinados a atividades semelhantes às que os indígenas ocupavam, eram usados na agricultura, pecuária, utilizados como máquinas rudimentares para o trabalho pesado na produção da cultura da cana-de-açúcar, por exemplo (LINS, 2012, p.159).

Na região do Marajó, o número de escravos africanos era reduzido devido à maior afinidade dos indígenas com o manejo do gado, principal atividade da região. Durante o inverno - época de enchente na Amazônia, grande parte deste manejo era feito nas áreas inundáveis exigindo um domínio significativo de algumas atividades como remar e se locomover em canoas ou montarias, atividades que o trabalhador negro escravizado geralmente não conseguia fazer com tanta desenvoltura como os nativos da região.

Tendo em vista as dificuldades dos africanos escravizados nestas atividades em áreas inundadas, Mendonça Furtado pretendia utilizar a mão de obra escrava africana na agricultura,

¹⁶ Cruz, Ernesto. *História do Pará*. (Belém: Governo do Estado do Pará. Coleção Amazônia, Série José Veríssimo, 1973), 1º Vol., p.79. (Obs. Foi acrescentado ao texto da citação a conversão das unidades).

principalmente nas áreas de plantações de cana-de-açúcar e de algodão. Foram reservados aos nativos indígenas a colheita das drogas do sertão, geralmente essa atividade se dava em áreas de várzea (LINS, 2012, p.162).

3.3.1 TRABALHADORES LIVRES E ESCRAVOS

Após a abolição os escravos não sabiam o que fazer após sua libertação, o que resultou também a formação de mocambos e quilombos na região do Amapá que já vinha sendo instituída durante as revoltas contra os colonizadores (LINS, 2012)

No restante do Brasil, o trabalho escravo foi substituído pelo trabalho (dito) livre reforçado pelos europeus como forma de transição ou substituição para essa mão de obra que era tida como atraso e incapaz - tendo em vista que os ex-escravos não tiveram nenhum tipo de reforço/ajuda ou políticas públicas após a abolição.

A formação de mocambos e quilombos no Amapá, como forma de resistência e local de fuga dos escravos, foi constituída antes da abolição como forma de autonomia, tendo em vista a falta de apoio e proteção legal.

Não obstante as diversas interdições cotidianas, os trabalhadores escravizados construíram formas de autonomia possível antes da abolição.” “Suas vidas e condições de trabalho continuaram extremamente precarizadas, faltando-lhes todo tipo de proteção legal, trabalhista e social. (CORD; SOUZA, 2018, p. 430)

Através dessas fugas, os trabalhadores africanos escravizados conseguiram fugir para Caiena, na Guiana Francesa para escaparem das péssimas condições de vida que eram submetidos. Essas fugas eram consideradas crimes infames, e, se por acaso, o fugitivo fosse recapturado, seria castigado da pior forma possível.

Cord (2018) e Souza (2018) em Dicionário da Escravidão e da Liberdade (2018) relativizam a ideia de que houve uma transição natural do trabalho escravo para o trabalho “livre”. Essa ideia sustenta o fato da formação socioespacial dos trabalhadores escravizados no estado do Amapá.

Devemos relativizar, pois, a ideia de que existiu uma "transição" (ou "substituição") mecânica e natural do trabalho escravo para o trabalho (dito) livre. Tampouco ocorreu um processo histórico conduzido por algum tipo de "aperfeiçoamento" das relações de trabalho. (CORD; SOUZA, 2018, p. 431)

Essa conjuntura histórica só prova o descaso para com os ex-escravos recém abolidos, como coloca Cord (2018) e Souza (2018) onde esses “trabalhadores no Brasil oitocentista

experimentarem peculiaridades jurídicas que marcavam suas rotinas, expectativas e trajetórias, poucas diferenças substanciais podem ser apontadas quando o assunto é a precariedade da situação desses trabalhadores.” (CORD; SOUZA, 2018, p. 434).

3.3.2 ESCRAVIDÃO INDÍGENA E AFRICANA

É importante destacar que a pesquisa procura analisar os usos da força de trabalho escravo no sentido de explicar a formação socioespacial durante o período colonial. Para reforçar esta problemática, é de suma importância explicar o que motivou a transição do trabalho escravo indígena para o trabalho escravo africano, tendo em vista a alta demanda do tráfico negreiro para com esse processo.

Schwartz (2018), discorre sobre o fato de que os sistemas escravistas no Brasil, juntamente às Américas fizeram tal transição, ressaltando que a mudança para a escravidão africana no Brasil “não pode ser explicada apenas por forças ou restrições locais e deve ser vista como parte de um processo mais geral de africanização da mão de obra nas Américas.” (SCHWARTZ, 2018, p. 227)

Os indígenas que serviam como mão de obra para os colonizadores apresentavam resistência para com suas “funções” justamente por terem afinidade com a região.

Além disso, a coerção ou a escravização não fazia muito sentido como modo de controlar uma força de trabalho que, para encontrar árvores, tinha de se embrenhar na selva, onde seria relativamente fácil fugir. (SCHWARTZ, 2018, p. 227-228)

A resistência dos indígenas na Amazônia Colonial contra a escravidão é um exemplo da demanda de trabalhadores africanos escravizados para a substituição dos nativos. Depois da criação da Capitania do Alto Amazonas em julho de 1757, Mendonça Furtado tinha a missão de demarcar a Amazônia, e, foi a partir disso que a resistência de várias tribos indígenas se demonstrou forte.

Mas a mão de obra indígena não supria as necessidades da colônia. Em 1775 Mendonça Furtado criou a *Companhia Geral de Comércio*, para institucionalizar e regular o tráfico de escravos da raça negra na Amazônia (LINS, 2012, p.146).

A chegada dos africanos no Brasil, e na Amazônia, foi vista como maneira fácil de substituir os indígenas na força de trabalho e controlá-los visto que não conheciam a região onde agora iriam morar e servir aos colonos. O processo de substituição desses povos africanos se deu facilmente pelo episódio de epidemia que dizimou parte das populações indígenas.

Em Belém do Grão-Pará, entre os anos de 1748-1750, o “Sarampo Grande” deixou um número elevado de indígenas vitimados pela doença, fome, flagelação pública e procissões noturnas. Na memória da cidade do norte da América lusitana, a epidemia fomentou lamentações, martírios e orações “para que o Árbitro do mundo, movido aos empenhos da contrição, e da súplica, abrandado o rigor de sua justificada vingança, usasse das branduras da sua misericórdia infinita”. A doença atingiu prioritariamente a base do desenvolvimento, povoamento e exploração do Estado do Maranhão: o indígena. (VIEIRA JUNIOR, 2017, p. 343)

No dia 16 de maio de 1750, na cidade de Lisboa, os membros do Conselho Ultramarino estavam convencidos em apresentar uma solução às demandas criadas pela alta mortalidade dos nativos da região. Desde 1748 os moradores e o governador do Estado do Maranhão propunham como solução a autorização para formação de Tropas de Resgate e o financiamento da Coroa para a entrada de escravos africanos. Depois de dois anos e muitas vítimas da doença, os conselheiros encaminharam duas soluções a D. João V onde descartavam o envio das Tropas de Resgate e incentivaram o uso de escravos negros. Entretanto, a medida mais viável, diga-se de passagem, não sugerida nem pelos moradores e nem pelo governador do Maranhão, era o envio de “imigrantes” açorianos, da ilha dos Açores:

E como Vossa majestade permitiu se contratasse o transporte de quatro mil casais das Ilhas dos Açores para o Brasil pode ser servido permitir o contrate mais o transporte de mil casais das mesmas Ilhas e da Madeira que se transportem com a maior brevidade para as capitanias do Maranhão e Pará.¹⁷

Apesar de que a transição do trabalho escravo indígena para o africano fosse mais rentável, do ponto de vista da mão de obra, a aquisição de escravos africanos era cara para se obter pelo fato de serem menos suscetíveis a doenças e menos propensos à fuga.

A transição da mão de obra foi, para os colonos, mais rentável pela parte da alta produtividade nos engenhos, justificando a alta demanda do tráfico negreiro para suprir as defasagens de rendimento dos indígenas.

Existem muitas indicações de que, no período em que os indígenas predominavam nos engenhos, o nível de produtividade era relativamente baixo, em parte por causa da grande proporção de mulheres e crianças na força de trabalho escrava. (SCHWARTZ, 2018, p. 231)

Neste sentido, o trabalho braçal dos trabalhadores africanos escravizados foi direcionado majoritariamente para os homens, enquanto as mulheres e crianças trabalhavam nas casas dos seus senhores, em atividades menos “pesadas”, como o trabalho na cozinha, nos

¹⁷ Arquivo Histórico Ultramarino de Portugal, Projeto Resgate, Pará, 16 de maio de 1750, cx. 31, doc. 2976.

celeiros, cuidando dos filhos dos seus senhores.

Agora utilizando o conceito de figuração de Elias (2001) atrelado à essas mudanças estruturais de mão de obra nesse período (século XVII e XVIII), é possível perceber que essa transição é um perfeito exemplo do que Norbert Elias trata sobre o conceito: de que as figurações sociais formadas pelos homens pouco se alteram por uma sequência de gerações, que são encaradas como inalteráveis, que permanecem sempre iguais. Nesse sentido, o período de escravidão no Brasil durou cerca de 354 anos - não deixando de observar que o período de escravidão na Amazônia foi bem menor do que no restante do Brasil - o que se encaixa ainda mais nos processos à longo prazo que Elias trata, outrossim especificamente sobre a transição de escravos indígenas pelos escravos africanos que ocorreu durante todo o período colonial na Amazônia.

Os documentos do Arquivo Histórico Ultramarino, em especial o que foi citado anteriormente, deixam mais explícito como se deu essa transição de mão de obra no período colonial, esclarecendo que a demanda de escravos africanos foi resultado de um objetivo: suprir as defasagens na mão de obra, sendo esses escravos extremamente explorados abusivamente e com mais facilidade, tendo em vista que não conheciam a região/espço no qual foram submetidos, sendo assim estando mais suscetíveis à colonização predatória.

3.4 ESPACIALIZAÇÃO DA MÃO DE OBRA ESCRAVA

Esta seção apresenta como os escravos foram inseridos espacialmente na região do Cabo Norte – e em outras regiões do Brasil – e suas motivações, como foram distribuídos, divididos e como a contribuição africana representou na construção social, econômica e cultural na região do extremo norte.

3.4.1 DEMOGRAFIA DA ESCRAVIDÃO

A problemática da pesquisa aqui proposta é entender como foi a distribuição territorial de escravos no Amapá a partir do comércio de pessoas conduzidas pelos interesses e atividades econômicas dos colonizadores.

A distribuição territorial dos escravos africanos e nativos no Brasil foi determinada pelo seu uso econômico. Dado o alto custo dos escravos, normalmente comprados a crédito pelos proprietários de escravos, a maioria era empregada na agricultura

comercial, que foi por sua vez inicialmente dominada pela produção de açúcar e, em seguida, pelo cultivo de café. (KLEIN, 2018, p. 199)

Na região do Grão-Pará o povo negro escravizado não chegou a ter uma expressiva quantidade representativa, estando presente em áreas muito limitadas. Porém, não deixaram de influir cultural e etnicamente e, além disso, constituíram, durante todo o regime da escravidão do Grão-Pará, o principal suporte da economia agrária (SALLES, 1971).

Para compreender essa divisão, Klein (2018) faz uma abordagem sobre a ampliação da classe trabalhadora ser quase que exclusivamente escrava, tendo em vista que a mão de obra escrava era tida como principal força de trabalho e, assim, consequentemente o comércio de pessoas escravas era tido como um comércio mais rentável.

No entanto, não se deve esquecer que os escravos compunham quase exclusivamente a classe trabalhadora e sofreram com mais intensidade de lesões relacionadas ao trabalho, bem como de todas as doenças infecciosas e alimentares das quais padeciam os elementos mais pobres da população. (KLEIN, 2018, p. 203).

Klein (2018) discorre sobre a importância da força de trabalho escravo nas áreas rurais e urbanas pelo fato de ser uma mão de obra fácil de ser adquirida.

...Os escravos foram importantes tanto na área rural e na mineração como nas áreas urbanas, e, devido à falta de competição de brancos livres, podiam ser encontrados em todo o país, como a principal força de trabalho. (KLEIN, 2018, p. 199).

Em *O Negro no Pará*, Vicente Salles nos mostra o que representou a contribuição africana na elaboração social, cultural e econômica de toda a região do extremo norte, além de demonstrar que os africanos só foram trazidos para o Grão-Pará com o intuito de substituir os nativos em atividades de lavoura de mantimentos. A discussão central seria de que o africano não seria tão necessário na Amazônia como no resto do Brasil.

A pequena percentagem de negros encontrada na região explicava-se, insistamos, pela utilização do índio em muitos daqueles trabalhos que deram, ao negro, a possibilidade de influir em profundidade na civilização brasileira, podendo-se mesmo dizer que somente na Amazônia se criara um tipo de economia em que o índio tivera papel importante a desempenhar.¹⁸

3.4.2 CIDADES ESCRAVISTAS

Para compreender a espacialização dos africanos no Amapá no período colonial, que

¹⁸ REIS, Arthur Cezar Ferreira, Prefácio de *O Negro no Pará* de Vicente Salles.

foram capturados como escravos e conduzidos pelos interesses e atividades econômicas dos colonizadores, é imprescindível avaliar a formação espacial e socioespacial desses povos nas maiores cidades atlânticas brasileiras que se desenvolveram rapidamente pelo comércio de pessoas escravizadas e identificar as fugas que ocorreram pela expansão urbana desses cativos nesses espaços ocupados por eles.

3.4.3 URBANIZAÇÃO ESCRAVISTA

Esta seção tem como objetivo esclarecer e identificar como os africanos foram distribuídos espacialmente como força de trabalho escravo na urbanização das principais cidades brasileiras no período colonial - após a proibição do tráfico ilegal. Outrossim, é de extrema importância identificar as fugas dos cativos durante a grande expansão urbana e ampliação autônoma desses povos nesses espaços.

Foi aproveitada aqui a contribuição de Carvalho (2018) sobre a organização do comércio de pessoas escravizadas no período e como elas eram também distribuídas nessas cidades, dependendo de suas “funções” e autonomia legitimadas pelos seus senhores.

Carvalho dispõe em “Dicionário da Escravidão e Liberdade” (2018) que no Brasil colonial e imperial foram criadas grandes cidades escravistas, tendo como exemplo Rio de Janeiro, São Paulo, Vila Rica, Recife e Salvador, sendo hoje cidades desenvolvidas e tidas como principais cidades atlânticas que recebiam a maioria dos navios negreiros.

Nossas maiores cidades atlânticas africanizaram-se muito cedo, pois foi nelas que desembarcou a imensa maioria dos navios negreiros até a proibição do comércio atlântico de escravos, em 1831.” “...As cidades foram, assim, o principal nexos com a África e tinham no comércio de gente escravizada seu negócio mais rentável. (CARVALHO, 2018, p. 162)

É importante sobrelevar a onipresença dos africanos nestas cidades tendo uma espécie de reafricanização nesses espaços desde que houve a proibição do tráfico ilegal. Com o tráfico legal, muitos desses escravos (os considerados mais rentáveis) tinham uma certa autonomia para fazer seu próprio ganho além de trabalharem para seus senhores.

A distribuição desses povos e suas contribuições para com a urbanização desenvolvimentistas dessas cidades se caracterizaram pela mobilidade geográfica e ocupacional desses cativos, tendo em vista a grande expansão e ampliação urbana que ampliou os espaços internos e externos de fuga para esses povos.

As principais cidades cercaram-se de quilombos, que viviam de furtos nas estradas e nos bairros periféricos, ou mesmo de comerciar seus roubos e produção própria, como

os quilombolas do entorno do Rio de Janeiro que conquistaram um ativo papel no abastecimento de lenha da cidade. (CARVALHO, 2018, p. 167)

3.4.4 CHARQUEADA ESCRAVISTA

O plano de trabalho aqui tratado é correspondente à distribuição espacial da exploração da força de trabalho escravo no período colonial. Partindo desse pressuposto, é importante contextualizar o período com a forte produção e exportação de variados produtos no Brasil, mais especificamente no século XIX, onde houve uma grande demanda de escravos pelo tráfico e comércio negroiro.

3.4.5 A DISTRIBUIÇÃO E DIVISÃO DO TRABALHO ESCRAVO NA “CHARQUEADA”

O foco da pesquisa é entender como era distribuída espacialmente esta exploração para com os povos negros, tendo como base as contribuições teóricas de Jonas Moreira Vargas e Paulo Roberto Staudt Moreira (2018) sobre a mão de obra escrava utilizada nas charqueadas.

Ao longo de quase todo o século XIX, o charque (carne-seca) e couros foram os principais produtos da pauta de exportação da província do Rio Grande do Sul - onde foi também instalada as primeiras charqueadas no fim do século XIII com finalidade de suprir a alta demanda por alimentos que representou o período colonial.

Vargas e Moreira (2018) apresentam um período em que a escravidão africana sempre esteve presente de forma intensa onde os ritmos de exportação de carne-seca e de entrada de cativos cresceram conjuntamente. (VARGAS; MOREIRA, 2018, p. 155). Foi de fato um período de crescimento da economia regional.

A distribuição dessa mão de obra foi feita de maneira com que além de trabalharem nas charqueadas, os escravos eram também “empregados” em outras funções: “Os escravos eram também empregados nas grandes fazendas no interior e nas casas na cidade, onde trabalhavam como domésticos. O mesmo ocorria nas embarcações marítimas ou até em pequenos iates, estando os inventários repletos de escravos marinhaes. ” (VARGAS; MOREIRA, 2018, p. 157).

Aqui é possível perceber que a distribuição da mão de obra escrava africana primeiramente era direcionada para os engenhos, para as fazendas sendo utilizados para o trabalho braçal, e, como forma de suprir a demanda de mão de obra nas grandes metrópoles, eram enviados posteriormente para ocuparem outras funções.

4 ABORDAGEM FIGURACIONAL DE NORBERT ELIAS APLICADA AOS DOCUMENTOS DO ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO – AHU.

Neste último capítulo serão analisados alguns documentos selecionados no Arquivo Histórico Ultramarino - que são documentos do período colonial de toda a América Portuguesa - que retratam a presença africana e o trabalho escravo indígena na Amazônia Colonial com o intuito de entender, a partir da interpretação das figurações e suas características, essa passagem na região durante o século XVIII até o século XIX.

Primeiramente é preciso compreender que quando se trabalha com documentos históricos, se trabalha com narrativas. Documentos escritos produzidos por escravizados são raros devido ao período, o acesso era quase que restrito aos agentes de Estado, que basicamente eram, na sua totalidade, homens brancos. Da mesma maneira, é preciso compreender que as interpretações destes documentos são infinitamente distintas, elas surgem de acordo com o objetivo do que se quer extrair dessas documentações. O objetivo aqui é extrair desses documentos o que se interessa tematicamente para a pesquisa, e para isso foi feita uma transcrição qualitativa. A partir da transcrição foi possível analisar alguns elementos figuracionais entre os atores sociais da época - trabalhadores escravizados e colonos - baseado no conceito de figuração de Norbert Elias.

Por configuração, Norbert Elias entende que seja um padrão mutável criado por um conjunto de indivíduos, no que diz respeito à totalidade de suas ações nas relações que sustentam uns com os outros, e é possível perceber que nesta configuração existe um entrelaço de tensões. Para que se forme uma configuração é necessário que exista uma interdependência entre esses indivíduos, que pode ser uma interdependência de aliados ou de adversários (ELIAS, 1999). No que diz respeito à sociedade colonial no período analisado neste trabalho (século XVIII e XIX) as relações de interdependência ali se configuravam por dependências recíprocas e tensões entre os indivíduos que a compunham. De um lado os senhores de Estado, moradores da região, capatazes, proprietários de escravos e do outro, indígenas e africanos escravizados.

O conceito de configuração pode ser aplicado tanto em grupos pequenos quanto sociedades constituídas há milhares de anos, formadas por indivíduos interdependentes como professores e alunos, empregados e clientes, médicos e pacientes etc. Essa estrutura também pode ser considerada parte de configurações compreensíveis. A sociedade escravista no Cabo Norte forma configurações, embora, essas configurações não possam ser assimiladas de forma direta porque o conjunto de (1) interdependência que as ligam são maiores e mais diferenciadas, tal como o processo de uma sociedade que exigia uma rotatividade de funções entre indivíduos

superiores (colonos) e inferiores (escravizados) para que existisse; e de (2) tensões geradas pela resistência óbvia dos africanos e afrodescendentes à colonização/escravização.

Em trecho da obra *Sociedade de Corte* (2001), Elias menciona como nem todas as unidades sociais e formas de integração dos indivíduos são ao mesmo tempo unidades de habitação e moradia, mas que podem ser caracterizadas por determinados tipos de configuração espacial, deixando de forma esclarecedora que as formações sociais só podem existir a partir das unidades de indivíduos que se relacionam e que são ligados uns aos outros.

Nem todas as unidades sociais ou formas de integração dos homens são, ao mesmo tempo, unidades de habitação ou moradia. Mas todas elas podem ser caracterizadas segundo determinados tipos de configuração espacial. De fato, sempre são *unidades de indivíduos* relacionados entre si, ligados uns aos outros. E mesmo que o modo ou o tipo dessas relações nunca possa ser expresso essencialmente, em última instância, por meio de categorias espaciais, ele pode ser expresso *também* por meio de categorias espaciais. Pois a todo modo de agrupamentos humano corresponde uma determinada configuração do espaço *onde* aqueles indivíduos de fato estão ou podem estar reunidos, todos juntos ou divididos em unidades menores. Assim, a expressão de uma unidade social no espaço, o tipo de sua configuração espacial é uma representação tangível e — literalmente — visível de suas particularidades. Portanto as formas de habitação dos cortesãos oferecem um acesso seguro e evidente para a compreensão de determinadas relações sociais características da sociedade de corte. (ELIAS, *A sociedade de corte*, p. 67)

Fato é que, quando atrelado à sociedade escravista do Cabo Norte, especificamente se tratando dos africanos que foram inseridos de forma obrigatória em uma configuração espacial da qual eles não faziam parte, os mesmos passaram a caracterizar espacialmente aquela região por estarem agrupados e, se relacionando com os indivíduos que ali já estavam - mesmo que esses indivíduos estejam todos reunidos ou divididos em grupos menores.

O principal ponto de partida para a aplicação do conceito de configuração é a necessidade da entrada de escravos africanos na Amazônia Colonial que tinha relação com a escassez de mão-de-obra no início do século XVIII. No arquivo Histórico Ultramarino foram selecionados alguns ofícios que foram enviados ao Conselho Ultramarino para fornecimento de escravos negros para evitar essa carência, documentos que relatam a compra e venda de escravos na região e sobre as doenças contagiosas que vitimaram a população e consequentemente os nativos indígenas, ocasionando a sua substituição por trabalhadores negros escravizados. Ou seja, há uma substituição de seres humanos – reduzidos à mão-de-obra – para manutenção/permanência da figuração escravista.

Ademais, alguns documentos também relatam a fuga desses escravizados e a construção de formas de resistência que se respaldam principalmente na formação de mocambos/quilombos. Todas essas características que se estenderam pelos anos e séculos podem ser interpretadas facilmente como uma interdependência existente entre os sujeitos e como aquela formação social se desenvolveu ao longo do tempo e uma tensão igualmente permanente.

Em 10 de agosto de 1778, o governador e capitão-general do Estado do Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, envia um ofício para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, que retratava sobre o número de escravos chegados ao porto do Pará, a bordo da “galera [Santo António] Delfim” originários do Porto de Benguela, sobre outros gêneros que foram transportados naquela embarcação e, ademais, informando a respeito das produções de arroz e da falta de escravos negros para o trabalho agrícola, o que obrigava os colonizadores da região a recorrerem ao trabalho de nativos indígenas.

Força de braços é porém o que se precisa para o adiantamento das lavouras, como repetidas vezes a vossa excelência tenho representado, e agora, como motivo da referida extinção da Companhia, torno a lembrar a vossa excelência, para se continuar a indispensável introdução escravatura, pelos, menos que se houver por bem de determinar; pois se faltarem os operários, bem pode vossa excelência julgar o pouco adiantamento que o Estado irá fazendo, sendo os índios tão poucos nas povoações, para com eles se suprir aos moradores.¹⁹

O declínio constante da mão de obra se fez muito presente durante a colonização no Cabo Norte, o que era uma das principais dificuldades que os colonizadores tinham durante o processo das obras e era uma constante reclamação por parte dos mesmos.

É fato que o período colonial na Amazônia foi marcado pelo trabalho escravo e, com isso, o problema da escassez de trabalhadores escravizados indígenas, que criou a introdução de escravizados africanos no Cabo Norte para suprir a demanda de mão-de-obra. O que chama a atenção nesse processo é como a introdução de trabalho escravo não se alterou com o passar do tempo. Tornou-se comum, essencial e parte daquela configuração, ao longo dos anos, a compra e revenda de escravos africanos para e no Cabo Norte com fim de suprir a demanda nas lavouras, plantações etc. Norbert Elias (2001) defende que cada um dos indivíduos que ocupam essa figuração - seja os escravizados africanos e indígenas, colonizadores e moradores da região - são singulares e únicos nessa sociedade, mas a figuração em que estes indivíduos estão inseridos podem se manter por muitas gerações com pouca ou nenhuma alteração. A demanda

¹⁹ Arquivo Histórico Ultramarino de Portugal, Projeto Resgate, Pará, 10 de agosto de 1778, cx. 80, doc. 6623.

de escravos retratada no ofício de 10 de agosto de 1778 também ocorreu anteriormente em 7 de abril de 1773, quando o governador e capitão general do Estado do Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, enviou um ofício para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre a ruína das povoações indígenas e propôs como intervenção para evitar a carência de mão-de-obra no fornecimento de trabalhadores escravizados negros, pois havia ali a necessidade de se atender graves prejuízos econômicos e sociais para a Fazenda Real e para as populações indígenas, visto que se necessitava de trabalho de operários para a continuação das obras da Ribeira da cidade do Pará, da Fortaleza de São José de Macapá, da Vila Nova de Mazagão e mais serviços reais a prestar naquela capitania, projetos/obras que expressam a necessidade de uma figuração escravista que para seu funcionamento necessitava de mão de obra escrava.

Sua Excelentíssima o Senhor Manoel Bernardo de Mello Castro, governando este Estado, fez a sua Magestade as duas representações das inclusas cópias expondo embora a ruína das povoações dos Índios, que já então principiava a observar, e propondo em outra o remédio de se evitar, metendo Sua Magestade aqui um competente fornecimento de negros, por conta da Sua Real Fazenda, que destinando-se aos precisos e indispensáveis serviços do mesmo senhor e poupassem os índios para o aumento de suas povoações, e para o Comércio do Sertão e outras aplicações, em que absolutamente se necessitam.²⁰

As tensões não só aconteciam entre escravizados e colonizadores, havia diferenças entre a rede dos próprios colonizadores. Alguns queriam usufruir mais da força de trabalho dos povos nativos por conta da alta demanda de escravos africanos, e outros preferiam uma demanda menor de escravos indígenas.

O processo de demanda e compra de trabalhadores escravizados, os colonizadores da região são exemplos de indivíduos únicos e singulares que formam uma figuração (período colonial, escravidão no Cabo Norte) que permanece ao longo das gerações e é alimentada por diversos indivíduos que se sucedem. O cenário que ali se apresentava, de trabalhadores escravizados e seus senhores/donos permanece até a conjuntura contemporânea, mas com pequenas mudanças estruturais. Enquanto no período colonial esses trabalhadores escravizados realizavam suas funções de forma obrigatória e completamente abusiva respaldada em humilhações, sem direitos básicos, não eram vistos como seres humanos e/ou iguais aos colonos, hoje essa relação ocorre como empregador e empregado, e é elaborada através de prestação de serviço mediante a pagamento de salário e outros direitos básicos. Outrossim,

²⁰ Arquivo Histórico Ultramarino de Portugal, Projeto Resgate, Pará, 7 de abril de 1773, cx70, doc. 5993.

existe trabalho em condições análogas à escravidão nos dias atuais, há diversos casos no Brasil e no mundo de pessoas que trabalham em locais insalubres com carga horária abusiva sem direito a férias ou folgas etc.²¹ A interdependência funcional entre esses indivíduos é essencial para a formação de uma configuração que se manteve e mantém através do tempo, um padrão mutável que se estende através das gerações. A introdução de trabalhadores escravizados africanos na mão-de-obra escrava na região do Cabo Norte é um perfeito exemplo de mudança social que se repete ao longo do tempo (ELIAS, 2001).

E o ritmo de mudança de tais sequências de desenvolvimentos foi se acelerando consideravelmente. Mas, no que diz respeito à cronologia individual, ao ritmo de crescimento dos indivíduos desde a infância até se tornarem homens e mulheres velhos, as mudanças sociais de longa duração continuam a se realizar muito lentamente (Elias, 2001, p. 39).

No que diz respeito à percepção individual dos indivíduos, essa mudança social de longa duração não é percebida como mudança estrutural da figuração social em que se está inserido, mas sim, como uma figuração estagnada, como um sistema social. O modelo de sociedade vigente durante o período colonial é um exemplo de figuração formada por um grupo de indivíduos que pode ter um ritmo de transformação mais lento na percepção dos indivíduos singulares que as constituem.

É perceptível que as figurações, dependências recíprocas e equilíbrios das tensões estão fortemente ligadas umas às outras. Elias pensa a “liberdade” de cada indivíduo como marcada na cadeia que o liga a outros indivíduos e que o limita no seu discernimento de decisão, e é a partir disso que Elias coloca as dependências recíprocas como ponto central que faz com que cada ação individual dependa de uma série de outras, porém, transformando a própria imagem da formação social (ELIAS, 2001). Um exemplo que ele apresenta para representar esse processo permanente de relações em cadeia é um tabuleiro de xadrez.

É isto que expressa o conceito de interdependência: como em um jogo de xadrez, cada ação decidida de maneira relativamente independente por um indivíduo representa um movimento no tabuleiro social, jogada que por sua vez acarreta um movimento de outro indivíduo — ou, na realidade, de muitos outros indivíduos —, limitando a autonomia do primeiro e demonstrando sua dependência (ELIAS, 2001, p. 158)

A sociedade escravista no Cabo Norte é um exemplo que pode representar o tabuleiro de xadrez que Elias desenvolve como um processo de relações em cadeia. As ações dos atores

²¹ Ver em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/escravidao-nos-dias-de-hoje.htm>

sociais que compunham aquela sociedade, tal qual as povoações indígenas, trabalhadores africanos escravizados, moradores da região, capatazes, capitães do mato, senhores de Estados, proprietários de escravos etc. provocam as dependências recíprocas entre eles nesta configuração. Cada movimento de um indivíduo decidido de maneira relativamente independente provoca a ação do outro ou de outros, que pode limitar a autonomia e tomada de decisão do outro, demonstrando assim uma série de dependências recíprocas.

Em documento de 21 de agosto de 1780, o governador e capitão general do Estado do Pará e Rio Negro, José de Nápoles Telo de Meneses, envia um ofício para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, expedindo cópia da escritura de venda forjada por uma mulher escrava cafuza que se chamava Joana Baptista, que realizou uma tentativa de fuga estando em condição de aldeada, e que, depois de ter sido descoberta, foi levada para a aldeia.

Nas diligências que tenho feito aplicar para extrair do mocambos e quilombos e igarapés deste Estado, uma multidão de gente ociosa e inútil que nelas vivia em contínua vadiação e sem utilidade do público antes muito a cargo dele, pelos contínuos roubos e insultos que dos mesmos se cometiam e depois de haver feito aldear já para cima de 900 almas de que até agora se não sabia parte, me chega a notícia do novo escandaloso meio porque a cafuza Joana Baptista pretendia ter fugir-se daquela diligência, afetando o termo de escravidão e venda de si própria ao sujeito na mesma infame escritura mencionado, cuja cópia fiel remete a Vossa Excelência.²²

A fuga de Joana Baptista é um perfeito exemplo de que muitos escravizados procuravam os quilombos/mocambos como uma alternativa de se verem livres da colonização/escravização e aponta uma das estratégias dos escravizados para se libertarem, que, inclusive, chegaram a falsificar documentos.

Em trecho de outro documento datado em 21 de maio de 1750, o Conselho Ultramarino de Portugal realizou uma consulta para o rei D. João V, sobre a carta dos oficiais da Câmara da cidade de Belém do Pará, acerca da conveniência de se proceder à escolta militar dos mocambos, durante a captura dos indígenas e escravos negros fugidos dos seus Donos, oferecendo pagamento para encontrar os mocambos como parte do esforço dos colonizadores para preservarem a figuração escravista.

Os oficiais da Câmara do Pará fizeram uma apresentação por este Conselho de que sabe a real presença de Vossa Majestade a cópia inclusa, sobre ser conveniente para se apanharem os índios e escravos fugidos, aqueles moradores que se mandem escolta de soldados aos mocambos em que eles se juntam pagando seus senhores por cada um

²² Arquivo Histórico Ultramarino de Portugal, Projeto Resgate, Pará, 21 de agosto de 1780, cx. 86, doc. 7042.

que se hei entregar dez mil réis para satisfação dos soldados e índios que forem nas escoltas.²³

Em outro trecho do documento o Governador do Estado do Maranhão informa com seu parecer, em carta de 9 de março de 1749, “dizendo que as povoações dos escravos fugidos fazem nos

matos aqui, naquele Estado chamam mocambos e no Brasil Quilombos, em todo tempo foram muito prejudiciais às fazendas dos moradores não só pela destruição que fazem nas culturas, mas por agregarem outros escravos que convidados da liberdade da vida, e isenção de senhorio desamparam as mesmas fazendas, e uns com outros cometem todo o gênero de insultos” (Arquivo Histórico Ultramarino de Portugal, Projeto Resgate, Lisboa, 21 de maio de 1750, cx. 31, doc. 2977.).

Isso demonstra o caráter destruidor que os mocambos representavam para a figuração escravista naquela região, e isto acontecia porque os mocambos não apenas exprimiam tensões, mas consistiam em toda uma nova figuração autônoma, que não dependia da figuração escravista.

No exemplo do jogo de xadrez, que Norbert Elias expressa o conceito de interdependência, também pode ser atrelado às tensões envolvendo a fuga de trabalhadores escravizados no Cabo Norte. Quando há fuga, há todo um processo de procura/resgate dos fugitivos. Isso quer dizer que cada pessoa que tenha o mínimo de sanidade mental/discernimento sobre o que acontece ao seu redor, também inclui prisioneiros\escravos, tem o mínimo de autonomia e conhecimento da importância da liberdade. Cada ação decidida de maneira independente representa um movimento na formação social que um indivíduo faz parte - como no exemplo do jogo de xadrez: cada movimento no tabuleiro acarreta na dependência do movimento de outro indivíduo para o jogo seguir adiante. Sem trabalhadores, não há força de trabalho. Quando há fuga, há movimento de processo de “resgate” dos escravizados. Há uma movimentação dependente da outra. A fuga expressa a tensão na figuração. O ‘resgate’ - ou recaptura – expressa o poder da figuração em ação para perpetuar-se.

Quando Joana Baptista realizou uma tentativa de fuga, houve a necessidade de um movimento a partir dos seus senhores acerca de sua captura. O mesmo pode ser atrelado à captura dos indígenas e escravos negros fugidos dos seus donos. Elias diz que existe um certo grau de dependência e independência entre os indivíduos, ou melhor, diversos graus de poder

²³ Arquivo Histórico Ultramarino de Portugal, Projeto Resgate, Lisboa, 21 de maio de 1750, cx. 31, doc. 2977.

em relações recíprocas (2001), nos últimos dois documentos apresentados, as ações independentes dos escravos indígenas e africanos fugidos é um exemplo de que as ações relativas de independência de um indivíduo põem em questão indivíduos que formam uma sociedade, ou sociedades que são formadas por indivíduos singulares. Os indivíduos singulares presentes no cenário do período colonial no Cabo Norte formam entre si figurações de diversos tipos, ou seja, as sociedades não são nada mais que figurações de indivíduos interdependentes (2001). Na formação social no período colonial no Cabo Norte é perceptível como as interdependências entre os sujeitos é protagonizada por antagonismos entre os indivíduos que a compõem, ora móveis, ora instáveis, que é a real condição de sua própria existência como figuração. Segundo Norbert Elias, existe uma unidade universal e estrutural que compõe todas as formações sociais, mesmo que as tensões sejam únicas e individuais em cada uma delas (2001).

No centro das figurações móveis, ou seja, no centro do processo de figuração, se estabelece um equilíbrio flutuante das tensões, um movimento pendular de equilíbrio das forças, que oscila ora para um lado, ora para o outro. Esses equilíbrios de forças flutuantes incluem-se entre as particularidades estruturais de qualquer figuração" (*Qu'est-ce que la sociologie?*, 1981, p.157).

Quando o equilíbrio das tensões, que permitia a manutenção da formação social do período colonial no Cabo Norte, se encontra rompido, porque um grupo (escravizados) recusou a sua exclusão que foi estabelecida naquela figuração, é a sua própria formação que se encontra sob ameaça e é substituída por uma outra que repousa em um novo equilíbrio das forças e em uma nova figura das interdependências (2001). A fuga de escravos e formação de mocambos/quilombos foi o início de uma nova transformação na configuração daquele período.

O processo tradicional da busca da liberdade consistiu invariavelmente na fuga para os matos, onde os negros se reuniam, solidários entre si, e formavam os quilombos. A fuga deve ter sido, no começo, solução bastante difícil e arriscada, além de empreitada individual. Na floresta o negro se achava sozinho, Às vezes conseguia chegar a alguma aldeia indígena e, por sorte, acabava vivendo amistosamente com os silvícolas. Bandeava-se desta forma para grupos totalmente estranhos e que, com ele, só tinham um traço comum: o ódio ao branco dominador. (Salles, 1971, p. 203).

Houve um momento em relação às fugas que os negros começaram a se organizar, e as fugas já não eram mais lidas como aventuras com resultados aleatórios/indefinidos. Houve uma remodelação da organização tanto dos fugitivos quanto dos proprietários de escravos. Os

fugitivos negros posteriormente começaram a receber ajuda de acoutadores - que tinham ligações com outros negros que residiam em periferias das grandes cidades e latifúndios, “com os quais se comunicavam e dos quais recebia os fujões mais ou menos instruídos no rumo que deveriam seguir, encaminhando-os posteriormente para os quilombos” (SALLES, 1971). A ação desses acoutadores provocou desequilíbrio nas comercializações da classe dos proprietários de escravos, obrigando o governo a tomar medidas extremas.

Salles (1971) deixa explícito como os proprietários de escravos da região do Pará se manifestavam com exigências e ameaças às autoridades através da imprensa, acusando-os de proteger os quilombos. A partir daí, além da luta dos escravizados contra o regime, surgiu uma luta política e armada que seduziu uma parcela desses indivíduos.

Esse contexto de lutas e tensões exemplifica como os proprietários de escravos temiam pela perda de privilégios com a fuga dos escravos, mais aliança com os nativos indígenas, e como se sentiam ameaçados pela resistência a partir da formação de uma oposição e da formação de mocambos. Em *Introdução à Sociologia*, Norbert Elias diz que é possível esquecer que as mudanças sociais ocorrem e estão relacionadas com alterações na interdependência humana e com mudanças nos próprios indivíduos (1999). A oposição dos trabalhadores e indígenas escravizados para com os proprietários de escravos/colonos exemplifica que as mudanças nas configurações que são compostas por pessoas é implicada sob a relação das posições sociais.

Tem que significar sempre e inevitavelmente que no decurso da evolução há certas posições sociais ou grupos de posições que cedem, total ou parcialmente, as suas funções, dentro de um complexo funcional. Ao mesmo tempo, outros grupos de posições (por vezes mais antigos, mas na maioria das vezes, bastante novos) adquirem novas funções ganhando importância dentro de uma sociedade mais lata (ELIAS, 1999, p. 188-189).

Elias (1999) segue expondo que os conflitos e tensões entre os grupos não ocorrem necessariamente por conta de uma perda de função de um grupo ou de outro, as tensões e os conflitos são ou podem ser encarados pelos grupos como conflitos necessariamente pessoais. Trata-se de conflitos e tensões que podem constituir um processo de evolução na figuração da qual pertencem. A constante fuga dos escravos no Grão-Pará teve como resposta a perseguição e destruição dos mocambos aos quais se refugiavam. Nascia ali um sistema de caça aos escravizados e organização de subsistência e rotas de fuga dos mesmos que iniciava a mudança estrutural daquela figuração. As tensões e os conflitos estruturais que ocorreram na sociedade escravista fazem parte do processo evolutivo por um processo lento nas sociedades que Norbert

Elias defende.

Matos (2023) realiza uma consideração, utilizando os estudos de processos sociais de longo prazo de Norbert Elias acerca do processo civilizador europeu atrelado aos povos originários amazônicos, como esse processo civilizacional mudou de direção até a contemporaneidade e, como esses povos passaram a depender desse processo que implicou mudanças no seu *modos vivendi*, como a “mudança de direção do regime e processo ecológico secular para o processo social sócio ocidental europeu” (MATOS, 2023).

Iniciado no período da História Moderna (1453 – 1789), continuando na contemporânea (1789 aos dias atuais), os povos autóctones amazônicos, com a chegada do colonizador, foram arrebanhados, submetidos e introduzidos, ora sob poder da força física, ora pela persuasão e posteriormente, a depender desse processo civilizador europeu, que agora, não se reduz à exclusividade ocidental, mas imbrica-se ao autóctone em curso. (Matos, 2023).

Existiram vários fatores que contribuíram para a introdução do modelo ocidental europeu na sociedade amazônica pelos europeus como as epidemias que foram trazidas pelos colonizadores e que dizimaram parte das populações originárias, as intervenções religiosas dos missionários, a escravização desses povos, seu descimento pelas tropas de resgate e a proibição da língua materna atrelada à obrigação do uso do português.

Em trecho do ofício de 6 de agosto de 1759 que o governador e capitão general do Estado do Maranhão e Pará, Manuel Bernardo de Melo de Castro, enviou para o capitão general Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre o número de escravos pretos que chegaram à capitania e o preço pelo qual foram vendidos, é perceptível como os colonizadores precisavam de escravizados para fazer o trabalho devido a escassez frequente causada pelas mortes nos navios e nas chegadas com as epidemias.

...porém chegando aqui todos com febre, com diarréias e bexigas, têm morrido bastante em poder de senhores que os compraram ficando por esta forma na mesma necessidade em que se achavam e prejudicados nas quantidades que por eles deram.²⁴

São alguns exemplos de mudanças incrementadas pelo processo civilizador europeu que, o colonizador, em decorrência da sua concepção de civilização, tinha como superior. Matos (2023) continua sua reflexão de que na contemporaneidade, o processo social sócio civilizacional ocidental europeu continua sua relação com os povos originários que primeiro mostrou seu declínio e posteriormente ascendência atrelada à relação do processo civilizador

²⁴ Arquivo Histórico Ultramarino de Portugal, Projeto Resgate, Pará, 6 de agosto de 1759, Cx 45. doc, 4105.

com a cultura dos povos nativos. Ou seja, na Amazônia, o processo civilizador não se mostrou totalmente ocidental, e sim é construído até hoje através de uma interligada relação entre ambos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como avaliação dos resultados dessa pesquisa, alguns pontos devem ser identificados aqui como fundamentais para a discussão dos conceitos apresentados no decorrer do trabalho.

A Sociologia do Espaço de Pierre Bourdieu foi primordial para se entender primeiramente a problemática principal da pesquisa, a de compreender a espacialização dos africanos no estado, e com os conceitos de região, divisão/classificação, lutas regionais e representação, foi possível fazer uma análise do período em que a pesquisa tem como objeto, elucidando os fatores e vetores sociológicos das atividades econômicas, geopolíticas, regionais e nacionais daquele período.

A contribuição de Norbert Elias com o conceito de figuração foi fator principal para a construção deste trabalho, considerando os processos de mudanças estruturais do período, tendo em vista o processo colonizador como ponto principal.

Outrossim, houve complexidade durante a pesquisa no que tange abarcar os processos já supracitados (colonização, processo de comércio, distribuição dos trabalhadores em algumas regiões), e o trabalho tendo como metodologia a análise documental do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) - Projeto Resgate, houve uma certa complicação na coleta de dados pela dificuldade de transcrever os documentos selecionados.

Todavia, para se compreender esses processos, foram utilizados o “Dicionário da Escravidão e Liberdade” de Lilia Moritz Schwarcz e Flávio Santos Gomes, onde é disponível um discernimento dos processos colonizadores no Brasil todo durante o período colonial e consequentemente ter-se uma noção do que aconteceu na amazônia escravista, mais precisamente no Cabo Norte.

Tratando especificamente do processo colonizador na Amazônia, foi utilizado durante a pesquisa as obras *Amazônia: as raízes do atraso* e *O Negro no Pará, sob o regime da escravidão* de Cristovão Lins e Vicente Salles respectivamente, onde os dois autores apresentam uma reflexão mais específica sobre o processo de escravidão dos africanos na região do Grão-Pará e Maranhão, abarcando o processo do comércio escravo, a transição de mão de obra escrava indígena para a africana, as atividades pelas quais os nativos indígenas e africanos foram direcionados e como funcionava a mobilização desta mão de obra naquele período. Juntamente, foi discutido os processos de identidade e representatividade que esse povo escravizado influíra, além de plasmar sua identidade étnica e culturalmente no decorrer do período analisado.

Mediante análise dos usos das forças de trabalho escravo no período colonial,

esclarecendo a compreensão da espacialização dos africanos no estado do Amapá, foi possível elucidar alguns fatores e vetores sociológicos presentes no período através dos marcos teóricos de Pierre Bourdieu com a Sociologia do Espaço e Norbert Elias com sua contribuição para a Sociologia Histórica, sendo possível identificar um contexto de conflitos por território (lutas regionais) levando assim, a uma luta por representação, identidade, por fim, levando ao ato de resistência a criação das comunidades negras em diversas localidades do Estado.

Outrossim, através dos documentos analisados do Projeto Resgate - AHU (Arquivo Histórico Ultramarino) - pelos quais se tratava de requerimentos de senhores para concessão de escravos para trabalharem em seus engenhos, plantações, e sobre a substituição de escravos nativos (indígenas) por escravos africanos. A partir destas informações extraídas dos documentos do Arquivo Ultramarino, foi possível observar com detalhes como funcionava a circulação/mobilidade da mão de obra escrava, entender o motivo da transição de escravos indígenas para escravos africanos, outrossim analisar como o comércio escravo supriu a demanda de mão de obra nos engenhos, fazendas e também o direcionamento desses trabalhadores escravizados para outras atividades nas metrópoles das grandes cidades brasileiras, como fator essencial para compreender a diferença da colonização da Amazônia relacionada com a colonização no restante do Brasil. Foi possível compreender as relações de interdependência entre os indivíduos naquela sociedade, como essas relações eram percebidas e vistas por cada indivíduo na sua singularidade ou em grupos.

REFERÊNCIAS

ALFARO VELÁZQUEZ, R.O.: **La relación entre Sociología e Historia: la sociología histórica como alternativa, en Contribuciones a las Ciencias Sociales**, marzo 2009. www.eumed.net/rev/cccss/03/roav.htm

BOSENBECKER, Patrícia. Sociologia histórica: releituras e perspectivas. **Revista de História**, ISSN 1984-6150, Edição 21, V. 8, N. 2 (maio/agosto 2016).

BRAUDEL, Fernand. História e Sociologia. (procurar referência).

CHAMBOULEYRON, Rafael. Escravos do Atlântico equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 26, nº 52, p. 79-114 – 2006. Acesso em: 2022-01-10.

CHARRY JOYA, Carlos Andrés. Tan cerca y tan lejos. Los problemas disciplinares entre sociologia e historia y la práctica de una nueva sociología histórica. **rev.estud.soc.** No. 60. abril-junio. Pp. 36-48.

COSTA, Célio Juvenal; MENEZES, Sezinando Luiz. Norbert Elias e a Teoria dos Processos Civilizadores. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, nº 53, p. 238-262, out2013 – ISSN: 1676-2584. Acesso em: 2022-01-10.

ELIAS, Norbert. 1999. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70.

_____. **O Processo Civilizador. Uma história dos costumes**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994a.

_____. **A Sociedade de Corte. Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Trad. Pedro Sussekind.

_____. **O Processo Civilizador. Formação do Estado e civilização**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Zahar, 1994b.

GOMES, Flávio dos Santos. **Nas Terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização, e escravidão na Guiana Brasileira - séculos XVIII e XIX**. Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999.

GOMES, Flávio dos Santos. **A Hidra e os Pântanos: quilombos e mocambos no Brasil (sécs. XVII – XIX)**. Campinas, SP [s.n.], 1997.

GURVITCH, Georges. 2000. **Los fundadores de la sociología contemporánea**. Saint-Simon, Comte, Proudhon, Marx, Spencer. Barcelona: Hacer Zahar, 1994a.

LAURINDO JUNIOR, Luiz Carlos. **Rios de escravidão: tráfico interno e o mercado de escravos do Vale do Amazonas (1840-1888)**. 2021. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. doi:10.11606/T.8.2021.tde-29122021-175607. Acesso em: 2022-01-10.

LINS, Cristovão. **Amazônia: as raízes do atraso**. Rio de Janeiro: Daudt Design Editora, 2012.

SUZANO JUNIOR, Barthon Favatto. **Milton Santos, o espaço e as rugosidades: contribuições da Geografia Renovada à História.** Assis, 2022.

MATOS, Gláucio Campos Gomes de. **Processo Civilizador Ocidental/Europeu, Tecnização e Modus Vivendi na Amazônia: Experiência de campo sob a lente figuracional/processual.** Manaus: EDUA; São Paulo: Alexa Cultural, 2023.

MONSMA, Karl. Como pensar o racismo: o paradigma colonial e a abordagem da sociologia histórica. **Revista de Ciências Sociais.** Fortaleza, v.48, n.2, p.53-82, jul./dez., 2017. Acesso em: 2022-01-10.

Projeto Resgate: Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)

SALLES, Vicente. **O Negro no Pará, sob o regime da escravidão.** Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, Serv. de publicações [e] Univ. Federal do Pará, 1971.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; SANTOS GOMES, Flávio. **Dicionário da Escravidão e Liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras.

VIEIRA JÚNIOR, Antonio Otaviano. Migração Açoriana na Amazônia: conexões entre ilha Graciosa, Lisboa e Grão-Pará. **Revista Territórios e Fronteiras,** Cuiabá, v. 10, n. 2, p. 342-367, ago./dez. 2017.

ZUBIRÍA MUTIS, Blas Segundo. Convergencias y divergências entre Sociología e Historia. **Historia Caribe** - Volumen X N° 27 - Julio-Diciembre 2015 pp. 231-26

ANEXO I – DOCUMENTO 2977

Lisboa, 21 de maio de 1750, cx. 31, doc. 2977.

CONSULTA do Conselho Ultramarino para o rei D. João V, sobre a carta dos oficiais da Câmara da cidade de Belém do Pará, acerca da conveniência de se proceder à escolta militar dos mocambos, durante a captura dos índios e escravos negros fugidos dos seus Donos.

AHU_CU_013, Cx. 31, D. 2977.

Os oficiais da Câmara do Pará fizeram uma apresentação por este Conselho de que sabe a real presença de Vossa Majestade a cópia inclusa, sobre ser conveniente para se apanharem os índios e escravos fugidos, aqueles moradores que se mandem escoltar de soldados aos mocambos em que eles se juntam pagando seus senhores por cada um que se hei entregar dez mil réis para satisfação dos soldados e índios que forem nas escoltas.

E ordenando-se ao Governador do Estado do Maranhão informa com seu parecer, em carta de nove de março de do ano próximo passado, dizendo que as povoações dos escravos fugidos fazem nos matos aqui, naquele Estado chamam mocambos e no Brasil Quilombos, em todo tempo foram muito prejudiciais às fazendas dos moradores não só pela destruição que fazem nas culturas, mas por agregarem outros escravos que convidados da liberdade da vida, e isenção de senhorio desamparam as mesmas fazendas, e uns com outros cometem todo o gênero de insultos.

ANEXO II – DOCUMENTO 4344

Pará, 5 de novembro de 1760, cx. 47, doc. 4344.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Estado do Pará, Maranhão e Rio Negro, Manuel Bernardo de Melo e Castro, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre os descimentos de índios do sertão e dos mocambos que se fizeram no corrente ano.

AHU_CU_013, Cx. 47, D. 4344.

...e Excelentíssimo Senhor

Sendo os descimentos dos índios do Sertão e ainda os dos Mocambos os meios mais importantes à utilidade espiritual das almas, e ao temporal interesse das Povoações, me parece fazer a Vossa Excelência presente os que neste ano se fizeram.

Para a Vila de (Sintra?) veio um mocambo,, que constava de 62 pessoas de ambos os sexos, descidos por um índio a quem mandei passar Patente de Principal em prêmio de sua fidelidade, e prometia de fazer maior descimento, e também o vesti a m. custo.

Para a Vila de Pombal se desceram e dos gentios do Sertão 59 pessoas, entre homens e mulheres e rapazes, que todos se batizaram logo.

Para a Vila de Santarém, se fez outro descimento que nos dois sexos, e diferentes idades constituirão de 38 pessoas, de que dou conta a Vossa Excelência.

ANEXO III – DOCUMENTO 4105

Pará, 6 de agosto de 1759, cx 45. doc. 4105.

OFÍCIO do [governador e capitão general do Estado do Maranhão e Pará], Manuel Bernardo de Melo de Castro, para o [capitão general] Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre o número de escravos pretos que chegaram à capitania e o preço pelo qual foram vendidos.

Anexo: ofício (cópia).

AHU_CU_013, Cx. 45, D. 4105.

Excelentíssimo Senhor,

Pela Secretaria do Estado da repartição competente ----- abreviada do número de pretos que conduziu este navio e também das causas porque morreram tantos como vossa excelência verá da ----- que ----- e a vossa excelência falarei com maior extensão

Ainda que aqui se disse haverem morrido na viagem cento e oitenta e tantos pretos não morreram mais do que — de que consta — relação cujo total é tirado do — da carga do mesmo navio; porém chegando aqui todos com febre, com diarréias e bexigas, têm morrido bastante em poder de senhores que os compraram ficando por esta forma na mesma necessidade em que se achavam e prejudicados nas quantidades que por eles deram.

Os preços porque se venderam foram os ordinários que até aqui tem praticado de cento e quinze mil reis até oitenta, a exceção de alguns que se venderam por preços mais diminutos por estarem mais próximos a morrer que viverem —

— preciso prevenir a vossa excelência de que o administrador Bernardo Simões me disse que avisava aos deputados da junta para que não se vendessem tantos pretos dando por fundamento que a terra se achava empenhada e quantos mais pretos fosse recebendo necessariamente havia-se maior empenho, e que como os efeitos, que extraía, não chegavam a cobrir a dita importância era infalível não se puder em tempo algum pagar aquela dívida.

É certo que toda a terra que recebe maior importância de fazenda daquela que pode extrair se deve ir empenhando todos os — mais a proporção do que recebe e perdesse de todo; porém está juízo que é certo e verdadeiro deve ter limitação neste Estado pelo que respeita os pretos.

ANEXO IV – DOCUMENTO 5993

Pará, 7 de abril de 1773, cx. 70, doc. 5993.

OFÍCIO do governador e capitão general do Estado do Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre as representações do ex-governador e capitão general do Estado do Maranhão e Pará, Manuel Bernardo de Melo de Castro, quanto à ruína das Povoações dos Índios e propondo como remédio para evitar a carência de mão-de-obra o fornecimento de [escravos] negros, por conta da Fazenda Real, poupando-se assim os Índios para o aumento das suas nações e para o comércio do Sertão e suas aplicações, para as quais são absolutamente necessários; a necessidade de se atender a essas propostas, pelos graves prejuízos económicos e sociais para a Fazenda Real e para as mesmas povoações de Índios, visto serem necessários operários à jornada para a continuação das obras da Ribeira da cidade do Pará, da Fortaleza de [São José do] Macapá, da Vila Nova de Mazagão e mais serviços reais a prestar naquela capitania, e tendo em atenção os abusos praticados por alguns moradores e senhores de escravos; e a continuação das expedições na capitania do Mato Grosso.

Anexo: ofícios (cópias).

AHU_CU_013, Cx. 70, D. 5993.

Sua Excelentíssima o Senhor Manoel Bernardo de Mello Castro, governando este Estado, fez a sua Majestade as duas representações das inclusas cópias expondo embora a ruína das povoações dos Índios, que já então principiava a observar, e propondo em outra o remédio de se evitar, metendo Sua Majestade aqui um competente fornecimento de negros, por conta da Sua Real Fazenda, que destinando-se aos precisos e indispensáveis serviços do mesmo senhor e poupassem os índios para o aumento de suas povoações, e para o Comércio do Sertão e outras aplicações, em que absolutamente se necessitam. E porque depois disso, crescerão e tanto mais os trabalhos em prejuízo dos mesmos índios, quantos são os estabelecimentos, serviços e expedição que aqui se tem determinado: E irão as ditas povoações na maior — e certamente acabam de todo se visto/custo senão se aplica uma pronta providência na certeza de que nesta Ribeira se faz sempre indispensável uma porção de operários —; e de que para a continuação da obra de Fortaleza do Macapá, da Vila de Mazagão e mais serviços reais, se precisa também outro grande número dos mesmos operários, que ainda a ser possível adquirirem-se aqui mesmo

de —, obrigaria isso a muito maior desembolso da Real Fazenda como presentemente se está experimentando com aqueles dos ditos operários escravos de particulares, e da Câmara desta Cidade, porque se pagam pela Real Fazenda a cento e quarenta réis por dia, quando os índios só vencem por mês e mil e duzentos réis, além da diária ração e que não importará em outro tanto.

A utilidade que a Fazenda Real perceberia em praticar-se a sobredita introdução de negros para os seus serviços, sejam bem manifestas pelos mesmos motivos, que se expressam na segunda das referidas representações; e porque o salário dos índios, que então era de cruzado por mês, se acrescentou e se conserva presentemente a mil e duzentos reis, que faz uma grande diferença: Havendo mais a contemplar a Agricultura, o Comércio, e o Negócio do Sertão que tudo tem parecido grande atraso, pela deplorável ruína e diminuição de índios, aqui se acham reduzidas todas as suas povoações, como precisamente forçadas, em tantos trabalhos e serviços superiores às possibilidades deste Estado.

As continuadas expedições à Capitania de Mato Grosso têm acabado uma grande parte dos mesmos índios, e tantos que só na expedição em que foi o Capitão General João Pedro da Câmara, morreram mais de duzentos. No Macapá tem morrido também infinitos, chegando-se a ponto de tirarem os rapazes das Escolas, para suprirem os aterros e mais serviços daquela Praça. E no corte das madeiras, conduções e mais serviços, serem experimentado outra considerável diminuição de forma que está — de índios em tal figura que nem já os precisos há para o Real serviço; e daqui procede que nele muitos se conservam efetivos, há três, quatro, cinco e mais anos, por não haver outros que possam mudar e substituir para aqueles cuidarem nas suas casas e familiares; e assim desgostosos dos seus — atrasados, facilmente desertam e servirão aos Mattos fazendo aos bárbaros que lá habitam as nocivas práticas, que os deviam da nossa amizade, e comunicação quais não respeitam por felicidade quando observam o que — A mesma falta de índios impossibilita finalmente a fazer-se a repartição deles que o Diretório determina; e por isso já há bastante anos que estes moradores não mandam canoas ao Sertão e detém, tanto diminuído aquele — ramo de Comércio; pois que apenas vão a ele as canoas das referidas povoações de índios, quando alguns me restam.

ANEXO V – DOCUMENTO 7042

Pará, 21 de agosto de 1780, cx 86, doc. 7042.

OFÍCIO do [governador e capitão general do Estado do Pará e Rio Negro], José de Nápoles Telo de Meneses, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo cópia da escritura de venda forjada por uma escrava cafuza, de nome Joana

Baptista, a, como uma tentativa de fuga da mesma de sua condição de aldeada, e que, tendo sido descoberta, foi levada para a aldeia.

AHU_CU_013, Cx. 86, D. 7042.

Nas diligências que tenho feito aplicar para extrair do mocambos e quilombos e igarapés deste Estado, uma multidão de gente ociosa e inútil que nelas vivia em contínua vadiação e sem utilidade do público antes muito a cargo dele, pelos contínuos roubos e insultos que dos mesmos se cometiam e depois de haver feito aldear já para cima de 900 almas de que até agora se não sabia parte, me chega a notícia do novo escandaloso meio porque a cafuza Joana Baptista pretendia ter fugir-se daquela diligência, afetando o termo de escravidão e venda de si própria ao sujeito na mesma infame escritura mencionado, cuja cópia fiel remete a Vossa Excelência.

ANEXO VI – DOCUMENTO 6623

Pará. 10 de agosto de 1778, Cx 80, doc, 6623.

OFÍCIO do [governador e capitão-general do Estado do Pará e Rio Negro], João Pereira Caldas, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre o número de escravos chegados ao porto do Pará, a bordo da galera "[Santo António] Delfim", oriundos do porto de Benguela, e outros gêneros transportados naquela embarcação, remetendo as contas da extinta Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e as de alguns particulares e informando a respeito das produções de arroz e da falta de escravos negros para o trabalho agrícola, o que obriga os moradores a recorrerem ao trabalho de indígenas.

Anexo: ofício (cópia), mapas e relação.

AHU_CU_013, Cx. 80, D. 6623.

— e Excelentíssimo senhor, A parte e o mapa que serão com esta mostrarão a vossa excelência o número de escravos, que do Porto de Benguela se transportarão a — na Galera Delfim, ainda por conta da extinta Companhia do Comércio; e os gêneros que na mesma embarcação se remetem da conta da dita companhia, e a de diversos particulares, para essa corte, a entregar aos seus respectivos procuradores.

Ficam outras embarcações da Praça em Princípio de carregarem, o que em breve tempo, poderão conseguir, por ser aqui agora o — e o em que vem chegando as canoas das Drogas do Sertão; e devo dizer a vossa excelência que a lavoura do arroz deste ano correspondeu em forma que me esperançou, — a maior —, que deste Porto se te efetuado; pois só o Macapá tem porção considerável; porém precisamente a exportação há de entrar pelo decurso do ano vindouro em

razão do tempo que é necessário para se conduzir o dito gênero às fábricas do descargue e nelas se aprontar.

Força de braços é porém o que se precisa para o adiantamento das lavouras, como repetidas vezes a vossa excelência tenho representado, e agora, como motivo da referida extinção da Companhia, torno a lembrar a vossa excelência, para se continuar a indispensável introdução escravatura, pelos, menos que se — houver por bem de determinar; pois se faltarem os operários, bem pode vossa excelência julgar o pouco adiantamento que o Estado irá fazendo, sendo os índios tão poucos nas povoações, para com eles se suprir aos moradores, e havendo para novos se deverem do Matto e por—